



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA  
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA  
DISCUTIR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA  
SEGURANÇA PÚBLICA EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 14 DE  
MAIO DE 2024, ÀS 10H, NO PLENARINHO DEPUTADO PAULO STUART  
WRIGHT DO PALÁCIO BARRIGA-VERDE**

**O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Daniel Anderson dos Santos) –** Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom dia. Sejam todos bem-vindos.

Nos termos do Regimento Interno do Poder Legislativo catarinense, damos início à audiência pública requerida pelo excelentíssimo senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz, através da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado, que tem por objetivo reunir profissionais, especialistas, entidades da área e representantes do governo catarinense para debater sobre as condições de trabalho dos servidores da Segurança Pública em Santa Catarina. Na oportunidade será apresentado um relatório sobre a situação dos agentes prisionais do Estado de Santa Catarina.

Para compor a mesa de autoridades, convidamos o excelentíssimo senhor Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, Fabiano da Luz; o excelentíssimo senhor Secretário de Estado da Administração, Vânio Boing; o excelentíssimo senhor Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, Ulisses Gabriel; o excelentíssimo senhor Secretário Adjunto de Estado da Segurança Pública, Coronel PM Flávio Graff; a senhora presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe), Marlete Aparecida Gonzaga; o senhor presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina, Mauro Luiz de Oliveira; o senhor médico do trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Roberto Carlos Ruiz; e o senhor advogado do Sintespe, Luís Fernando Silva.

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades que se apresentaram ao nosso Cerimonial: senhor presidente do Sindicato dos Empregados do Comércio de Florianópolis, Lael Martins Nobre; senhora diretora de Comunicação do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Florianópolis, Amanda Vieira, neste ato representando o presidente Renê Munaro; senhor Comandante da 11ª Região, Coronel PM Cleber Pires, neste ato representando o Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, Coronel PM Aurélio José Pelozato da Rosa; senhora Tenente-Coronel dos Bombeiros, Isabel Ivanka Kretzer Santos; senhor coordenador do Gabinete do Desenvolvimento Humano da Secretaria Municipal de Segurança e Ordem Pública de Florianópolis, Adriano João, neste ato representando o Comandante da Guarda Municipal de Florianópolis, senhor Andrey de Souza Vieira; senhor Delegado de Polícia de Florianópolis, Marcelo Nogueira; senhor diretor de Segurança e Saúde do Trabalhador do Sindicato dos Eletricitários (Sinergia/SC), Mário Jorge Maia; senhor presidente interino do Sindicato dos Auxiliares Periciais da Polícia



Científica (SINPCI-SC), Fernando Ramos Damasco; senhor presidente da Associação dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos, Alexandre Barba; senhor perito criminal e presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais de Santa Catarina, André de Farias; senhor presidente da Associação dos Servidores da Perícia Criminal de Santa Catarina, Anderson Gaedke; senhor Juiz coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, Rafael de Araújo Rios; senhor diretor da Escola de Ciências Jurídicas do Vale do Itajaí, Alceu de Oliveira Pinto Júnior; senhor diretor da Academia de Perícia da Polícia Científica (Acape), Luan Alves Lopes Carneiro, neste ato representando a perita-geral da Polícia Científica, senhora Andressa Boer Fronza; e senhora psicóloga do Programa de Apoio aos Servidores da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, Michele Tartas Canali.

Convidamos o excelentíssimo senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz, proponente desta audiência pública, para proceder à abertura oficial e presidir os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Bom dia a todos. É um prazer recebê-los aqui na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Esta é uma reunião de trabalho, uma reunião que foi solicitada à Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa para debater as condições de trabalho de todos os envolvidos na área da segurança pública do Estado de Santa Catarina, principalmente para saber como está a saúde mental dessas pessoas, a parte profissional dessas pessoas, porque sabemos que essa é uma das categorias que tem um trabalho de risco, um trabalho delicado e as condições dessa pessoa podem interferir no seu trabalho, podem interferir no seu convívio familiar, com a sociedade, enfim. E estamos aqui também para dar voz à sociedade, para ouvir essas manifestações, para ouvir a real situação e a partir daí ver quais encaminhamentos precisamos dar para estarmos mais próximos desses trabalhadores.

Eu quero agradecer imensamente a presença dessas autoridades, que também se colocaram à disposição para estar aqui ouvindo essa situação e também apresentando aquilo que o Estado já fez, está fazendo ou que ainda pode fazer para melhorar as condições dessas pessoas que atuam na área da segurança pública. E foi justamente nesse ponto que nós conversamos um pouco aqui, para que nós encaminheamos esta audiência pública no sentido de primeiro ouvir a sociedade, ouvir o relato da situação e, a partir daí, ouvirmos a manifestação das autoridades a fim de fazermos uma reunião produtiva, com encaminhamentos que possam atender melhor o que a categoria, muitas vezes no silêncio, está clamando.

Acredito que as autoridades podem dispensar os cumprimentos iniciais e a partir do momento em que cada um vai falar, já faz o seu cumprimento. Está bom?

Nós vamos ter a primeira fala do Sindicato e a partir daí as pessoas da plateia que quiserem se manifestar, peço que façam a inscrição com a assessoria a fim de que nós possamos, na medida do possível, ir chamando. Das pessoas que participam desta audiência de forma *on-line*, acredito que devemos ter uma ou duas que também se manifestarão. Pode ser assim?

*(A plenária aquiesce.)*

Então, muito obrigado a todos.



Passo a palavra para a senhora presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual de Santa Catarina (Sintespe), Marlete Aparecida Gonzaga, entidade que nos solicitou a realização da audiência pública.

**A SRA. MARLETE APARECIDA GONZAGA** – Bom dia, Deputado Fabiano. Nós gostaríamos de agradecer a aceitação do nosso pedido em realizar esta audiência, visto que enquanto Sindicato temos recebido muitas demandas dos trabalhadores, em especial dos policiais penais, base abrangida pelo nosso Sindicato. E em função dessas necessidades, nós percebemos a nossa própria deficiência e contratamos assessorias para orientar o nosso trabalhador dessa área.

Por isso nós agradecemos muito a presença nesta audiência do doutor Ruiz, que presta assessoria ao nosso Sindicato, e do doutor Luís Fernando, também da área jurídica, que com qualidade nos orientam em relação aos encaminhamentos devidos para os servidores dessa área, porque nós temos a obrigação também de fazer essa proteção ao trabalhador – o doutor Ruiz fez um trabalho com o setor e hoje ele vai apresentar aqui, e agradecemos a ele por esse trabalho feito com a categoria.

Nós gostaríamos de dizer que o Sintespe é parceiro, não apenas dos policiais penais, mas de todos os policiais, porque entendemos que é uma profissão que tem características próprias, que tem sofrimentos próprios, que tem uma necessidade específica para que possa ter qualidade esse trabalho. E se o Estado não garante essas especificidades em toda a sua abrangência, isso traz sofrimento, isso traz prejuízo para o atendimento e para o setor.

O Sintespe está aqui porque é parceiro e agradecemos muito por poder contribuir com esse trabalho, que não é de agora. Desde 2004, quando os policiais penais começaram o movimento, os antigos agentes prisionais, nós já estávamos junto para que fosse conquistado esse benefício nacional, que foi uma luta muito grande. Já estivemos juntos na greve de 2014, quando se conseguiu um plano de carreira para o setor; estivemos juntos em todos os momentos que a categoria precisou do nosso apoio. E mantemos essa disposição de continuar juntos e fazer esse trabalho, que é o nosso objetivo também enquanto Sindicato, de buscar soluções conjuntas para encaminharmos da melhor forma o que nós queremos, que é o atendimento ao trabalhador.

Muito obrigada, Fabiano, e obrigada a todas as autoridades que estão aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado, Marlete.

Passo a palavra para o senhor médico do trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), senhor Roberto Carlos Ruiz.

**O SR. ROBERTO CARLOS RUIZ** – Eu vou aqui sintetizar, Deputado, porque temos muitas falas. Eu agradeço esta oportunidade.

Eu dou plantão lá na Universidade e estou aqui também como assessor do Sintespe, tenho assessorado várias entidades sindicais nessa área da saúde do trabalhador.

Eu vou apresentar rapidamente aqui uma situação que nós encontramos a partir de um trabalho do Sintespe, liderado pelo Miguel e pelo Wolney, que são dois policiais penais que visitaram inúmeros estabelecimentos prisionais e penitenciários no Estado de Santa Catarina. Eu também tive a oportunidade de visitar junto com eles três ou quatro estabelecimentos aqui na região de



Florianópolis e, a partir disso, fizemos um relatório que foi levado à Secretaria da Administração Prisional.

Dito isso, eu quero só ressaltar uma coisa muito importante: nós estamos falando de policial penal, mas na realidade esse debate é sobre todo o pessoal da área da segurança pública. É importante nós dizermos, e eu, como pesquisador, não posso me furtar a isso, que há uma facilidade grande, inclusive através de *fake news*, através de coisas que são disseminadas e não são verdades... A resolução para a violência, para a bandidagem é o quê? É mais violência, e isso está errado, cientificamente isso não resolve. E aí logo alguém diz: ah, mas então vocês querem combater a bandidagem com flor. De forma alguma, jamais! E nós entendemos que o pessoal que está na área policial é um pessoal que, inclusive, tem que ser tratado muito distintamente, por exemplo, do pessoal das Forças Armadas, que há mais de cem anos não entra em guerra no nosso país, mas o pessoal da segurança pública todo dia sai da sua casa e vai para uma guerra.

Então é diferente, é muito diferente isso. E vejam, responder com mais violência a essa violência que está na sua frente, não é a coisa mais inteligente.

Eu, lendo a Folha de S.Paulo, vi que a resposta, por exemplo, que a polícia de São Paulo tem dado é mais violência, é entrar em comunidades e matar bandidos e inocentes, e vejam o que aconteceu: pela primeira vez em 25 anos um policial da Rota foi morto. Então, o que o pessoal dessa área tem que entender é que depois do cidadão que está ali na sua frente, que é vítima da violência, os policiais também são vítimas da violência. [*Transcrição: Djonathan Costa / Leitura: Vera Regina Zacca*]

Então nós precisamos pensar em um sistema mais inteligente para combater isso, para segregar aqueles infratores que cometem crimes na nossa sociedade, punindo-os de forma eficiente, que não será com violência, nem com policial dando tiro em bandido sem necessidade – mas se precisar, o policial tem que dar tiro, é óbvio –, tampouco será em um presídio batendo em preso. Tudo isso só vai gerar mais violência, porque na primeira oportunidade que o preso tiver, assim que ele puder, reagirá com violência.

Estou dizendo isso porque o primeiro item que constatamos em nosso relatório foi que o clima de tensão entre os policiais penais – e aqui estou falando especificamente do pessoal do sistema prisional – é muito grande. Nós sabemos que quando alguém presta concurso para essa área, não acha que não será assim, mas será, sim, vai ter que lidar com esse tipo de coisa. No entanto, esperamos que quem dirige o sistema tenha uma resposta mais inteligente e eficaz para responder a isso, fazendo com que esse clima de tensão seja um pouco mais amenizado.

Outra coisa que vimos é que o número de profissionais é insuficiente. Nós temos alguns parâmetros que Brasília nos dá, que os órgãos nacionais nos dão em relação ao número de presos por número de servidores, e esse número é insuficiente, no geral, demonstrando que nós precisamos ter mais servidores.

Eu estou vendo aqui também o pessoal da Associação dos Peritos Judiciais, né, Wolney, porque nós estamos falando de policial penal, mas envolve todo o pessoal da segurança pública que sofre toda essa tensão. Obviamente, de uma forma muito mais aguda e direta, o policial militar, o policial civil e o policial penal, mas todo mundo que compõe a área da segurança pública, sem dúvida nenhuma, está sujeito a esse tipo de pressão de uma forma ou de outra.



Para concluir a minha fala e abrir espaço para o debate, já que sei que há muita gente para falar e até mesmo o doutor Heiler, que está *on-line*, o Deputado o convidou, que é Procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador nacional do projeto que trata da saúde dos servidores do sistema prisional, o que vemos é o seguinte: entendemos que seja fundamental que a Secretaria de Estado da Administração Prisional, a SAP, abra uma mesa de diálogo permanente com o Sindicato para conseguirmos avançar no aumento do efetivo dos servidores. É fundamental que isso ocorra.

Nós conhecemos um serviço que a Secretaria tem, o PAS, que é um serviço para atendimento ao servidor, e aproveito publicamente para parabenizar a Secretaria por ter instituído esse serviço, que é muito bom. Como sugestão, propomos que isso seja aperfeiçoado, sofra avanços, e da seguinte maneira: quando o policial penal e o servidor da segurança pública, por exemplo, entram em depressão, especificamente para os transtornos psíquicos, temos que ter um mecanismo de busca ativa, porque está aberto esse serviço para que o busquem. No entanto, a pessoa que tem esse tipo de doença geralmente quer ficar trancada no seu quarto, no escuro, chorando; ela não tem a capacidade de ir lá e procurar ajuda.

Então, a sugestão é a de aperfeiçoar esse bom serviço que a Secretaria já instituiu. E lembro, inclusive, que se existe uma aposentadoria por tempo especial justa, é justamente essa, a do policial – o policial militar e o policial civil já têm, mas o policial penal enfrenta alguns entraves, inclusive com relação à idade mínima, que é uma coisa que também precisa ser colocada. Eu vou dizer para vocês, tenho 34 anos de Medicina e já andei não só pelo Brasil, mas por esse mundo e conheço muita coisa. Há seis meses eu tive a oportunidade, pela primeira vez na vida, de entrar em um presídio, aliás, em alguns presídios e em algumas penitenciárias, e olha que entrei com uma condição muito segura, muito tranquila, fui como visitante, muito distante de tudo, porque a condição é terrível e quem está na gestão tem que pensar nisso. É aquilo que eu falei no começo, que encontramos um clima de tensão permanente, e sem dúvida nenhuma vai mexer conosco, inclusive não só com quadros de depressão, por exemplo, mas podem até surgir questões graves como o suicídio.

Eu tinha selecionado um artigo sobre suicídio de policiais de São Paulo quando vimos, não é, Wolney, que há poucos dias uma policial penal nossa se suicidou. Então não preciso nem trazer o exemplo de São Paulo.

Portanto, é fundamental que haja esse suporte, sobretudo para a saúde mental desses profissionais da segurança pública, e que ele seja aperfeiçoado.

Seria isso, Deputado. Eu agradeço a oportunidade e estamos abertos ao debate.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, doutor Roberto.

Passo a palavra para o advogado do Sintespe, doutor Luís Fernando Silva.

**O SR. LUÍS FERNANDO SILVA** – Bom dia, Deputado, demais componentes da mesa e plenária.

Como advogado do Sintespe, penso que esse importante debate que vocês fazem hoje aqui na Assembleia precisa ser tratado sob diversos enfoques, não só do ponto de vista da própria saúde no trabalho, que talvez seja o mais importante a ser atacado neste momento, mas dos pontos de vista



remuneratório e previdenciário. Eu diria que essas questões estão intimamente relacionadas.

As pessoas têm problemas de saúde mais cedo, adoecimentos sérios mais cedo, dificuldades para continuar a vida laboral mais cedo do que os demais trabalhadores e, portanto, os reflexos previdenciários dessas pessoas evidentemente são mais graves e têm que ser tratados de modo articulado. As condições sociais, as condições de trabalho, as condições previdenciárias e, sem dúvida, as condições remuneratórias, tudo compõe um quadro de exposição dessas pessoas, desses trabalhadores em particular, sejam eles policiais civis, policiais militares ou policiais penais, área em que o Sintespe atua mais diretamente, compõem um quadro permanente de destruição dessas pessoas.

A dificuldade remuneratória destrói, traz essas dificuldades, obriga ao trabalho duplo ou triplo dessas pessoas, e sendo mulher é pior ainda, porque a atividade doméstica se soma às atividades policiais cotidianas. A questão remuneratória de um lado e do outro a questão previdenciária, a perspectiva de ir perdendo a capacidade laborativa e não ver a proximidade do exercício de um direito previdenciário, tudo isso, a nosso ver, se soma e agrava ainda mais o quadro.

É bom lembrar que estamos falando aqui de um quadro de riscos físicos não só na atividade cotidiana, sobretudo dentro dos presídios e das penitenciárias, mas um quadro que se projeta também para a família. Não são raros os casos de agressão sofrida no ambiente familiar ou próximo dele. Policiais, de maneira geral, são ameaçados constantemente pela bandidagem, são agredidos ou têm a sua família agredida, portanto, é uma situação de abalo psicológico que nós, que não convivemos com isso, precisamos tentar compreender, embora talvez a compreensão só possa ser de fato aquilatada por aqueles que convivem e sofrem diretamente o problema.

Penso que sendo estudiosos desse assunto nos cabe, sem dúvida, apontar essas diversas facetas do problema, sobretudo aqui na Assembleia Legislativa, porque está no âmbito da Assembleia e do governo do Estado, evidentemente, buscar soluções para esses problemas, para tentarmos revertê-los.

E penso que se soma a esses problemas levantados, parece-me que de maneira séria, a precarização das relações de trabalho nesse setor, sobretudo nas penitenciárias. A precarização, a falta de efetivo em quantidade suficiente para o desempenho daquela atividade em condições minimamente aceitáveis, propicia ainda mais o trabalho em duplicidade, o trabalho fora daquele ambiente, a repetição de trabalho em busca de uma melhor remuneração.

O Roberto falou desse estudo recente de São Paulo, creio que tenha sido do Instituto de Psicologia da USP, que demonstra um crescimento vertiginoso do número de doenças psiquiátricas no setor de atividade prisional, no qual 60% dos afastamentos do serviço se dão por doenças psiquiátricas. Isso não é pouca coisa, porque esse número não se repete na imensa maioria das atividades laborativas. Então, se ele ocorre aqui, nós precisamos colocar luz sobre esse problema de modo a conseguir atacá-lo urgentemente, com algumas medidas já adotadas pelo governo do Estado, pela Secretaria de Administração Prisional, mas também por outras que talvez nos caibam, como a Assembleia Legislativa e todos quanto estejam interessados nesse problema, propor para tentarmos reduzir essa gravidade.



No ano de 2023, esse mesmo estudo aponta um crescimento de cerca de 60% no número de suicídios – isso não é pouca coisa. Nós temos sempre que fazer a comparação com a sociedade, talvez excluindo o vertiginoso crescimento de suicídios entre jovens, que acontecem por outras razões, são de natureza psicológica, psicossociais, etc. Mas o crescimento de suicídios em uma categoria profissional, esse é muito grave. E esses números se repetem, por exemplo, na Polícia Rodoviária Federal, que é outro setor da Segurança Pública que vive em constante conflito, em constante risco de vida e em constante projeção do risco de vida às suas famílias. Imagino o que seja retornar para o seu lar sem saber se alguém está à espreita para se vingar de alguma medida que tenha sido tomada, seja um policial militar, um policial civil ou um policial penal e, embora menos, os servidores da área administrativa também estão suscetíveis a esse mesmo tipo de vingança.

O crescimento de licenças e o crescimento de suicídios parece-me projetarem números que são absolutamente inafastáveis. E nós não podemos fechar os olhos para eles.

Outro estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais aponta que entre os policiais penais, a expectativa de vida média no Brasil é de 45 anos, sendo que a expectativa média do brasileiro é de 73 anos. Ora, se a expectativa média de vida entre os policiais penais é de 45 anos, estabelecer uma idade mínima para aposentadoria de 55 anos é algo absolutamente inaceitável, porque o direito previdenciário tem que ser aquele que olha para o trabalhador, que permite a retirada dele do mundo do trabalho e ainda lhe dá alguma capacidade de sobrevivência, alguma condição de dignidade e de sobrevivência. Neste caso, nós estamos falando de uma expectativa de vida de 45 anos para uma idade mínima para aposentadoria de 55 anos, logo, o direito previdenciário está falhando, porque ele não objetiva efetivamente assegurar uma expectativa de sobrevivência após a aposentadoria com o mínimo de dignidade, como objetiva assegurar para os demais trabalhadores. Cada vez mais mínima, é verdade, em razão de uma série de restrições previdenciárias que vêm sendo impostas nos últimos anos, mas comparando a média de idade de sobrevivência dos trabalhadores com as médias exigidas para a aposentadoria, nós ainda temos um momento de sobrevivência após a aposentação, enquanto que nessa categoria, em particular, nós não temos essa projeção.

Evidentemente que esse não é o número de todos os componentes da categoria, mas sendo o número de uma parte deles, necessariamente nós temos que repensar o direito previdenciário desses trabalhadores. Penso que talvez seja o caso, embora desconheça completamente se a Secretaria de Administração Previdenciária tem produzido estatísticas nesse sentido, de modo a subsidiar a Assembleia Legislativa numa eventual proposta de revisão legislativa nesse setor.

Lembro que a Emenda Constitucional nº 103, da reforma federal de 2019, atribuiu aos entes federativos a competência de definir idades e tempo de contribuição. Portanto, o ente federativo, no caso o Estado de Santa Catarina e a Assembleia Legislativa, receberam essa atribuição constitucional que antes estava na Constituição Federal e hoje não está mais. E se é uma atribuição do Estado de Santa Catarina, por meio da Assembleia Legislativa, me parece que aumenta ainda mais a responsabilidade da Assembleia e do próprio governo do Estado de olharem essa situação com carinho, no sentido de tentarmos buscar soluções previdenciárias para uma atividade que a população necessita tanto. O



direito previdenciário tem que ter esse foco, algumas atividades são altamente desgastantes e causam alto risco e essas atividades merecem e devem ter um tratamento previdenciário diferente e não é uma diferença de apenas cinco anos ou dez anos, mas uma diferença que tecnicamente seja capaz de alcançar o conjunto dessa categoria e lhes dar essa condição de sobrevivência mínima e com dignidade a partir do momento da aposentação.

E outro elemento, ainda de caráter previdenciário, que me parece importante analisar e apontar para a Assembleia Legislativa, talvez como medidas legislativas futuras, diz respeito à conversão de tempo de serviço. Nós estamos falando, como ocorre em toda categoria, de pessoas que podem trabalhar nessa área por um longo período, mas depois podem se afastar e buscar uma atividade comum. Então, o período em que elas exerceram atividades sujeitas a um grau de risco elevado precisa ser considerado como tempo especial e tempo especial grave, para fins de aposentadoria. E grave em que sentido? Se uma atividade de exposição biológica, por exemplo, dá ensejo à contagem de tempo especial com acréscimo de 40% para homens e acréscimo de 20% para mulheres, mais ainda deve ser o acréscimo de tempo especial para uma categoria que se submete durante dez anos, quinze anos, vinte anos ao risco, e não somente ao risco, porque o risco não é o problema em si, não é o falecer diante de um tiro ou de uma violência, mas, sim, os problemas psicológicos e fisiológicos gerados ao longo de cinco anos, dez anos, quinze anos de exposição a uma atividade tão desgastante como essa. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Leitura: Rafael José de Souza / Leitura Final: Marivânia Pizzi*]

Então, penso que além de olharmos para a idade mínima como um dos fatores que hoje traz sérios prejuízos a essa categoria, precisamos também olhar para a possibilidade de conversão do tempo de serviço e regulamentar isso, que também está afeta à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, também delegado pela Emenda 103, e cabe à Assembleia, então, quando define questões relativas aos servidores públicos do Estado, mensurar quais são as categorias que, evidentemente, precisam de um nível de proteção maior. E, neste caso, parece-me que aqui nós deveríamos buscar um percentual de acréscimo de tempo especial, nessas hipóteses de deixar a atividade policial, por exemplo, para ir para uma atividade administrativa ou uma outra atividade, quiçá até fora do serviço público, num grau de acréscimo a esse tempo trabalhado nessas condições muito melhor.

Menos mal, e caminho então para concluir a minha fala, que nós não precisamos projetá-lo em nível nacional para resolver esse problema; ou seja, nós não precisamos de reforma previdenciária de âmbito nacional, basta-nos uma alteração legislativa, e uma alteração que hoje está no âmbito de lei complementar, portanto mais facilitada ainda do que as reformas constitucionais que implicavam em mudanças na própria Constituição do Estado. Então se estamos no campo das leis complementares, parece-me que aprimorar mais essa unidade que se vê aqui, de diversos desses setores, nas associações e nos sindicatos, mas também a unidade com a Secretaria da Administração Prisional, com a Secretaria da Administração do governo do Estado e com a Assembleia Legislativa, de modo que possamos encontrar meios de fazer as alterações legislativas que nos parecem justas, corretas, para uma categoria que tanto precisa delas.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado.

Eu quero convidar aqui à frente também o Deputado André de Oliveira, que está participando desta audiência. Registrar e agradecer a presença do Rui da Luz, que representa o Deputado Pedro Uczai; da mesma forma, o senhor Carlos Eduardo Martins, o Caê, que representa a Deputada Luciane Carminatti; também o senhor Vânio dos Santos, nosso ex-colega Deputado Estadual e Federal.

Neste momento eu passo a palavra para o Procurador do Trabalho, senhor Heiler Natali, que está participando de forma *on-line*.

**O SR. PROCURADOR HEILER NATALI** – Bom dia a todos. Muito obrigado, Deputado, pelo convite. Prezando pela celeridade do tempo que nós temos disponibilizado, cumprimento a todos os presentes por este debate, que é um debate relevante para a sociedade.

O Ministério Público do Trabalho gostaria de informar, rapidamente, que possui internamente grupos de trabalho e se dedicam à temática prisional, um deles específico trata da saúde mental dos profissionais de segurança pública, neles obviamente incluídos os policiais penais. Então nós temos, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, um grupo de trabalho que se dedica a estudar especificamente esse tema.

Há outro grupo de trabalho também estabelecido, especificamente, para se dedicar aos demais temas que envolvem o trabalho em unidades prisionais. E possuímos também uma Coordenadoria Nacional, da qual eu sou o coordenador, que se dedica à análise das condições ambientais de trabalho de todos os profissionais que trabalham dentro de unidades prisionais, inclusive dos próprios presos que trabalham dentro de unidades prisionais.

Nessa perspectiva, Deputado, como me foi incumbida a tarefa de apresentar um panorama geral do país em relação ao meio ambiente do trabalho dos nossos policiais penais, eu vou pedir licença para fazer uma rápida exibição de fotos que eu coletei ao longo de inspeções em diversos Estados, porque eu acredito que passa melhor do que uma simples fala uma boa contextualização de como estão as condições de trabalho Brasil afora.

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Começando pelo próprio Estado do Paraná. Eu sou Procurador do Trabalho em Londrina embora seja de Santa Catarina e ex-aluno do professor Alceu de Oliveira, um dos melhores professores de Direito Penal que eu conheci na vida.

Nesta imagem vou mostrar as condições de trabalho dos policiais penais em diversas situações. Na área administrativa, em presídios do Paraná; aqui, na área de monitoramento do sistema de CFTV, esse tipo de reflexo aqui causa uma doença ocular específica e àqueles que ficam diuturnamente sujeitos a essa condição possuem grandes chances de adquiri-la. O doutor Ruiz conseguirá explicar muito melhor isso.

Aqui *(mostra a imagem)* a condição de alojamento, isso aqui é Paraná, sem qualquer tipo de ventilação, alojamento dentro de unidades prisionais; coletes balísticos vencidos há muito tempo; esse aqui venceu em 2018; e você encontra isso no Estado do Paraná, você encontra cadeiras dessa natureza na área administrativa do Estado do Paraná.

No Estado do Amazonas, não muda muito, essas são as cadeiras que a gente encontra *(mostra a imagem)*; o alojamento é simplesmente um colchão



estendido no chão em algumas unidades prisionais; na área de saúde a gente verifica também as condições de trabalho dos profissionais de saúde que se ativam unidades prisionais. Esse é um tema muito técnico, muito específico, mas essa é uma caixa de armazenamento de perfurocortantes em que você tem que visualizar essa linha aqui (*mostra a imagem*), e o pessoal instala acima da linha de visão, sendo que qualquer um que coloque uma seringa aqui dentro corre o risco de contaminação. A atividade de saúde é a que mais gera contaminação biológica no Brasil.

No Estado do Amazonas temos essas guaritas; no Estado do Espírito Santo as servidoras mulheres não têm sequer um tampo de assento, em algumas unidades prisionais, para se sentarem. Essa cadeira é quase uma obra de arte, que a gente encontra dentro de algumas unidades prisionais também. Isso aqui é monitoramento, é aqui que a pessoa vai ficar sentada o dia inteiro. Aqui, obstrução de cilindros de extintores no dia em que precisar não vai conseguir usar.

No Estado do Mato Grosso do Sul (*mostra a imagem*), o alojamento é coberto de mofo, o que também causa problemas pulmonares com essa exposição onde as pessoas dormem; as bancadas em posição absolutamente irregular, você vai ter uma tendinite se você digitar frequentemente nesse espaço; as condições de trabalho em guaritas; lá aquele outro colete balístico tinha vencido em 2018 e esse daqui venceu em 2011, foi fabricado em 2006 no Estado do Ceará.

O Estado do Ceará é mais um Estado onde a gente encontra banheiros para as nossas policiais penais, para as nossas servidoras em geral, onde elas não têm nem como se sentar adequadamente no banheiro reservado a elas; a sala de armamento (*mostra a imagem*) está coberta de mofo e existe inclusive uma normativa do Exército proibindo o armazenamento de munições e de armas nessas condições; e isso aqui é um absurdo de um posto de trabalho em guarita, para os senhores verem como são as condições do Estado do Ceará, inclusive com a parte estrutural exposta nas vias de acesso. Este é outro banheiro de um servidor, de um policial penal que se ativava também lá na guarita; nesta imagem mais um caso de reflexos em que a pessoa tem que ficar o dia inteiro olhando para isso; na área administrativa novamente, observem o mofo, a umidade permeando todos esses lugares.

No Maranhão, temos nesta imagem um banheiro dentro de uma unidade prisional. Este é um banheiro masculino, mas o feminino também não está nada bom, você encontra esse tipo de deficiência Brasil afora. Isso aqui é o alojamento de uma unidade prisional que fica por lá também, no Maranhão. Essas são as condições em que as pessoas dormem, os colchões dessa maneira aqui são os que são fornecidos; não há nem o recolhimento de material perfurocortante, eles são simplesmente ensacados e colocados no chão, que é tão ruim quanto colocar acima da linha de visão em termos de risco de acidente.

Nesta é do Estado de Rondônia, aqui é um consultório odontológico, as condições desse consultório odontológico; um painel elétrico dentro de uma unidade prisional, inclusive com o rabicho solto, horrível; o painel ester da mesma unidade prisional; e isso aqui é dentro de uma guarita. Agora temos um novo recorde, o colete datado de 2003. Essa imagem aqui chega a dar um *bug* mental, isso é um ventilador que foi acoplado a uma cadeira que foi fixada com um pedaço de madeira dentro de uma guarita, essa é a guarita (*mostra a imagem*) com fiação elétrica exposta e tudo mais; e aqui também mais um



alojamento dentro de unidade prisional com uma “belíssima” cadeira para a pessoa se sentar também.

No Estado do Rio Grande do Norte, vejam as munições que a gente encontrou, e elas não estavam separadas, foi informado que elas não eram para uso, realmente seria uma loucura usar, mas estavam juntas com todas as demais munições de pronto emprego dentro da unidade prisional. Isso aqui é uma munição totalmente imprópria, a mesma munição, mesmo calibre, só que essa daqui está totalmente imprópria para emprego; aqui mais painéis balísticos, só que aqui com a categoria errada, essa categoria aqui, 2A, não é a categoria adequada para a proteção dos nossos policiais penais em caso de conflito; neste temos simplesmente uma granada que venceu em 2013; aqui também local impróprio de armazenamento de munições e de armas por conta da exposição à umidade que deteriora as munições. Nesta imagem é um acesso a uma guarita dentro de uma unidade, aqui é uma unidade prisional, isso não é uma delegacia, é uma unidade prisional no Rio Grande do Norte e você sobe pelos pneus, o único acesso. E essa é guarita de amianto cancerígeno que foi está lá em cima dessa mesma unidade prisional.

Então, essas condições que rapidamente a gente expôs, são condições de trabalho de vários Estados, eu não consegui terminar o levantamento, havia outros ainda que poderiam ser incluídos nesse levantamento, nós sabemos que não são esperadas as mesmas condições no Estado de Santa Catarina em relação aos fatos mais graves, mas no próprio Estado do Paraná – que foi o Estado que abriu a nossa apresentação - também a gente encontra situações bastante preocupantes em termos de condições de trabalho dos nossos policiais penais.

Duas coisas, para finalizar, uma delas é que, em relação à saúde mental, a posição do Ministério Público é que, de fato, é uma preocupação tão relevante que nós mesmos estabelecemos formalmente um grupo de trabalho para se dedicar a esse assunto, mas entendemos que não é possível você falar em melhoria das condições de saúde mental dos servidores policiais penais com jornadas de 24 por 72, às vezes dobrando esse tipo de jornada, é totalmente incompatível com a saúde mental. Muitos servidores policiais penais desejam esse tipo de jornada, mas você não pode querer o melhor dos mundos. Você não pode querer uma jornada dessa e querer se aposentar usando como um modelo argumentativo o prejuízo à saúde mental. A primeira coisa é você se adequar a uma jornada de trabalho saudável, e o modelo 24 por 72, e até o modelo 12 por 36, nas condições onde eles são alojados não parece ser um modelo que seja justificado, então essa é uma questão.

A segunda questão - para finalizar, Deputado – é que a gente observa uma terceirização muito intensa da atividade do policial penal, aqui mesmo no Paraná, no maior presídio do interior do Paraná, nós temos dois mil presos e dois, eu falei dois, policiais penais por turno, dois policiais penais por turno para cuidar de dois mil presos. Como que essa mágica acontece? Contratando dezenas e dezenas de monitores de ressocialização despreparados e incumbidos de fazer praticamente todo o gerenciamento da unidade prisional, na prática, né? Toda a movimentação de presos e todas as atividades no interior do presídio são feitas por monitores de ressocialização, isso eleva o risco, claramente falando de fuga, eleva o risco para a sociedade como um todo na opinião do Ministério Público. Então essa é uma questão relevante que o Ministério Público gostaria de colocar no debate no sentido de contribuir.



Eu acho que essas são as principais colocações que a gente poderia fazer no tempo que nos foi apresentado e eu agradeço pela oportunidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado, doutor Heiler, pelas explicações sobre as reais condições dos sistemas prisionais pelo país. Tenho certeza que vai contribuir muito com o nosso debate para melhorar ainda mais Santa Catarina. Muito obrigado.

Passo a palavra à senhora Bárbara Coloniese, que é perita criminal, para fazer também a sua participação.

**A SRA. BÁRBARA COLONIESE** – Bom dia a todos e a todas aqui presentes, obrigada pelo convite, Deputado Fabiano. Cumprimento todos na pessoa do senhor.

Quero dizer que eu tenho uma longa trajetória como inspeção em sistemas prisionais de todo o país, sendo em âmbito estadual e federal, e é a partir dessa experiência que venho compartilhar um pouco todos os achados durante esse trajeto. Isso é muito importante.

Todas as pessoas que me antecederam já fizeram falas brilhantes, então vai ficar bem mais fácil e rápida a minha fala. Eu fico muito feliz de ver que as preocupações estão sintonizadas, e quando eu vi o nome da audiência, das condições de trabalho, eu pensei: poderia ser o impacto das condições de trabalho para os servidores de segurança pública. A gente vai fazer o recorte do policial penal no Estado de Santa Catarina, mas é uma realidade nacional e eu acho que nós não podemos nunca perder essa baliza de olhar para todos os servidores de segurança pública, porque muitos dos problemas são compartilhados; infelizmente, os resultados também.

Então, queria dizer que, pesquisando um pouco de dados nacionais, me deparei com a dificuldade da produção de dados em relação a essa temática. Existe uma lacuna muito grande e todos os senhores e senhoras citaram as mesmas pequenas fontes, os pequenos números, as pequenas pesquisas desse, inclusive o Sindicato de Funcionários do Sistema Prisional de São Paulo, que tem feito algum tipo de levantamento nesse sentido, demonstrando essa preocupação com as condições de trabalho. [*Transcrição: Eduardo Adami / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Quando o Ministério Público, o representante, mostra as fotos, eu fiquei imaginando: pena que não temos a tecnologia do cheiro também. Porque muitos desses lugares são extremamente insalubres que acometem de forma física e mental os servidores. No Complexo da Agrônômica, eu estive ano passado fazendo uma inspeção e os servidores passando mal, com ataques de rinite, enfim, com todas aquelas situações, porque realmente muitas atmosferas dessas são irrespiráveis, então quanto que isso impacta.

Queria dizer que, por exemplo, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os poucos dados que nós temos em relação ao acometimento de doenças, aos impactos na saúde física e mental dos servidores, inclusive fazem uma baliza apenas com policiais militares e policiais civis, desconsiderando as outras categorias da segurança pública. Assim, o Anuário Nacional de Segurança Pública deve prestar atenção para ampliar essa gama de profissionais que compõem a segurança pública do país.

Queria dizer também que, por exemplo, nas inspeções do ano passado foram constatadas condições de trabalho muito nítidas. A questão do baixo efetivo, como já foi dito, tanto o CNPCP quanto a ONU fala da proporção ideal



de um agente, de um policial penal para cada cinco apenados. E aí Santa Catarina hoje já tem o déficit de mais de mil policiais penais e, com a saída dos ACTs, esse número pode dobrar. Então, nós temos que ficar muito preocupados com essa situação, porque concordo com o Ministério Público quando fala da função indelegável. A carreira do policial penal precisa ser consolidada, precisa ser fortalecida. O profissional precisa ser valorizado e o que eu mais percebi, tanto no Estado quanto em âmbito nacional, é que ele precisa ser mais ouvido. Como é que se constrói essa política pública com a pessoa que está na ponta, que é uma centralidade para que todo o sistema funcione, sem ouvi-la? Toda a questão de salário, toda a questão já trazida aqui anteriormente da questão do plantão, os profissionais precisam ser ouvidos. Nós precisamos um pouco mais ter balizas e parâmetros de qual que é esse plantão ideal, considerando todo o desgaste físico e emocional deste profissional.

Eu queria, rapidamente, dizer um dado muito concreto dessa inspeção, no Complexo da Agrônômica, composto por 8 unidades, havia 156 policiais penais para fazer todos os plantões, enfim, todo esse pequeno contingente para todo o Complexo, o que é complexo. Destes, 69 eram ACTs; ou seja, aproximadamente 45% do total. Então, nós temos quase metade de policiais que são temporários, de novo, sem preparo, sem formação e que não estão nessa carreira que precisa ser consolidada. Vejam, 40 policiais penais faziam o plantão; destes, 25 estavam no operacional, que nós sabemos que é o que faz movimentar, de fato, o presídio. Só que 12 tinham atestado médico e 20 estavam afastados por questões de saúde mental.

Então assim, deste baixíssimo contingente que, de acordo com o diretor, precisaria do dobro para fazer um plantão para garantir que todas as demandas funcionassem e que toda a unidade pudesse ter acesso aos direitos, né, enfim para que funcione. É uma questão de números, não tem o que fazer. Então você começa a violar direitos, inclusive, porque você precisa escolher suas demandas e priorizar o que é mais importante. Olha que função difícil e que pressão psicológica de você escolher qual é a demanda mais importante. Alguém vai sair perdendo.

Finalizo dizendo para vocês que tudo isso acaba impactando muito no bem-estar da vida do servidor e aí infelizmente eu vou citar de novo, porque eu acho que às vezes o importante é não perder o foco. Este ano teve um aumento de 66% de suicídio entre policiais penais em relação ao mesmo período do ano passado, isso aqui é muito grave. E eu fico de alguma forma muito satisfeita de ouvir todo mundo falando sobre isso. E como precisamos falar sobre isso. Eu infelizmente tive um dia muito inglório, que foi chegar numa unidade para fazer inspeção em âmbito federal e nesse dia um colega, um policial penal tinha cometido o suicídio. Inclusive foi um feminicídio seguido do suicídio. O que está acontecendo com as pessoas? Eu conversei com os colegas, e é incrível como não se consegue falar sobre isso. Como não se tem diagnóstico porque não se fala. Nós não podemos mais invisibilizar. As pessoas não podem mais ter algum tipo de preconceito, e até que eu percebi muito, da categoria, porque tem que ser aquela figura do super-herói. Não, somos todos humanos! Somos todos humanos!

Quero encerrar a minha fala dizendo que em Santa Catarina, de 2018 a 2024, houve quatro (*sic*) suicídios de policiais penais, três do gênero masculino e três do gênero feminino, e que nós precisamos também cuidar de quem cuida.

Obrigada.



**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, doutora Bárbara.

Convido o senhor Juiz Rafael de Araújo Rio Schmidt, Coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisionais e Socioeducativo, para fazer parte da mesa.

Eu vou passar agora a palavra à Sueli Ferreira dos Santos, enfermeira do trabalho, à Michele Canalli, que é psicóloga do Programa de Apoio ao Servidor da Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa, e à Tássia Simões Baptistello, técnica em segurança no trabalho.

**A SRA. SUELI FERREIRA DOS SANTOS** – Bom dia a todos.

Meu nome é Sueli, eu sou enfermeira do trabalho do Programa de Apoio ao Servidor e eu estou hoje aqui, juntamente com as minhas colegas, para trazer um pouco do que nós praticamos no dia a dia em relação à saúde do servidor da SAP.

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Basicamente, nós estamos trabalhando subsidiados por duas legislações do Estado. Nós temos a Lei 4.609, que dá subsídio ao nosso serviço, que é a que institui o Programa Estadual de Saúde Ocupacional de Santa Catarina (PCMSO) e também do Decreto 2.386, de 28 de dezembro de 1922, que institui o Manual de Saúde e Segurança do Servidor, no qual nós já participamos dessa discussão para contribuirmos com o processo de melhoria de qualidade de vida do nosso servidor.

Historicamente, é importante nós falarmos um pouquinho da história do Programa de Apoio ao Servidor, porque foi instituída essa portaria de 2009 e na prática ele vem trabalhando desde 2007, sendo que nós tínhamos apenas uma psicóloga do trabalho atuando e posteriormente, veio fazer parte dessa equipe também um profissional de serviço social. E o objetivo era contribuir para a melhoria, e é ainda contribuir para a melhoria de qualidade de vida dos nossos servidores no âmbito do trabalho e da saúde do trabalhador.

Hoje, nós fazemos as interlocuções com o RH e também com a Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina. Em julho de 2022, através de um processo seletivo, veio fazer parte dessa equipe também profissionais, multiprofissionais que foram contratados através desse processo seletivo para fazer parte da saúde e da segurança do trabalho desses servidores também. Em todas as regionais foram instituídos esses profissionais, essa equipe, exceto na região sul, onde nós não tivemos quórum para a participação de profissionais nessa área porque não quiseram participar do concurso.

Essa equipe de profissionais multiprofissionais é formada por enfermeiro do trabalho, pelo técnico de segurança do trabalho, pelo psicólogo do trabalho, pelo técnico de enfermagem do trabalho e pela assistente social, sendo que no momento a equipe não compõe esse profissional assistente social por falta de quórum também. Nosso foco é desenvolver hoje ações de promoção, de prevenção e de reabilitação da saúde do servidor, sendo que se nós pensarmos em saúde coletiva, nós temos que pensar sobre saúde primária, secundária e terciária. Sendo que a saúde secundária está voltada para ação do médico do trabalho e nós não temos hoje em nossa equipe esse profissional, e que entendemos ser fundamental para que possamos fazer essa etapa tão importante que é o diagnóstico precoce e o pronto atendimento, que é reconhecer aquele servidor que no início da fase de adoecimento possam ser feitas intervenções para evitar o aprofundamento do problema desse servidor



doente que, posteriormente, vai se afastar. Então, essa é a fase de reabilitação que nós fazemos através de remoções e readaptações também. Então, isso é muito importante.

Atualmente, nós temos cinco equipes que continuam atuando, sendo que na região sul nós nunca tivemos e no médio vale nós estamos sem essa equipe também em função de desistências dos profissionais para atuação.

Dentro das atividades que nós fazemos, de forma bastante resumida, nós temos hoje atendimento psicológico individual de familiares, que é feito em todo o Estado por quatro profissionais de psicologia, sendo que nós temos dois hoje aqui na regional da Grande Florianópolis e os demais, que são mais dois profissionais, nas demais regionais.

Nós trabalhamos também com grupos de saúde mental, porque as nossas quatro profissionais trabalham voltadas para essas ações na saúde do servidor também; remoção e readaptação desses servidores, quando já estão doentes; processos administrativos de atendimento à Corregedoria; orientação sobre afastamento dos servidores, tudo isso é feito também; atendimento à Vigilância Sanitária, porque nós atendemos uma lei federal que é bem importante, a Lei nº 80, que é uma legislação do SUS onde está prevista a saúde do trabalhador, que é executada hoje pela Vigilância Epidemiológica dentro dos Municípios. E nesse contexto, como tem profissionais voltados para a saúde do trabalhador também, que atende essa legislação dentro da Vigilância Sanitária, quando tem inspeção para liberação das unidades prisionais a Vigilância Sanitária também participa atuando e demonstrando para nós o que está faltando. Nesse contexto falta toda a documentação de saúde ocupacional voltada para PCMSO e ASO desses servidores, porque após ele passar no concurso é feito o exame admissional, mais os exames periódicos e o exame de retorno ao trabalho são feitos pela perícia, mas os exames periódicos não são executados hoje dentro do sistema voltado somente para a saúde ocupacional, que são diretrizes que nós deveríamos estar implementando através do Programa Estadual de Saúde do Servidor.

Também nós trabalhamos com ações de parceria com a SC Saúde; também a atuação da equipe na Grande Florianópolis com outras atividades que a gente desenvolve voltadas dentro das unidades prisionais de prevenção também.

E hoje as equipes absorvem a equipe da Grande Florianópolis, que é formada por médicos, por enfermeiros do trabalho e por técnico de enfermagem do trabalho. Nós absorvemos o sul de Santa Catarina, que não tem profissionais dessa área e o médio Vale do Itajaí. E também toda a parte de psicologia absorvida pelo sul de Santa Catarina, o Vale do Itajaí e a região serrana, que não tem os profissionais de psicologia. E hoje os profissionais daqui da SAP, da Grande Florianópolis, é que fazem essas atividades. Então, nós temos muitos componentes de servidores para serem atendidos por esses profissionais.

Agora eu vou passar a palavra para a minha colega Tássia, que é técnica de Segurança do Trabalho e que vai dar continuidade a nossa fala.

Muito obrigada.

**A SRA. TÁSSIA SIMÕES BAPTISTELLO** – Bom dia a todos.

Então, continuando o que a colega estava falando sobre as nossas atividades, aqui nós trouxemos algumas fotos do que nós fazemos.

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*



Nós, pelo menos uma vez por mês, tentamos ir às unidades e fazer ações com os servidores. Nós já podemos adiantar que isso é um pouco difícil, principalmente pelo que foi falado, há falta de efetivo, que é uma coisa principal, porque como que eles vão sair do local de trabalho para participar de uma ação de saúde sendo que não tem ninguém para ficar no local, não tem nem como fazer um revezamento porque tem poucas pessoas trabalhando ali.

Então, continuando aqui as nossas atividades, nós fazemos atendimento de primeiros socorros quando acontece alguma coisa ali, rápida ou alguém caiu, às vezes para aferir a pressão ou alguma outra coisa, nós fazemos esse acompanhamento, esse atendimento. As campanhas de Vacinação também são feitas, esse ano foi feito com a Influenza ali nos servidores da sede para que todos os servidores sejam vacinados.

Nós fizemos um treinamento do protocolo de atendimento a acidentes com material biológico. Esse foi um grande problema quando nós entramos aqui na SAP, nós notamos que ocorriam muitos acidentes com material biológico e ninguém sabia o que fazer. Então prontamente a nossa enfermeira do trabalho, junto com as outras enfermeiras, fizeram um protocolo e estamos realizando os treinamentos nas unidades para que se saiba o que fazer, principalmente porque dentro de cada unidade tem uma unidade de saúde e ocorrem muitos acidentes dentro dessa unidade.

Então, percebemos que não se sabia o que fazer, as pessoas acabavam perdendo tempo, não tomavam profilaxia, muitas vezes acabavam se contaminando por falta de informação. Então essa foi uma atividade muito legal de ser feita, porque hoje em dia nós temos um protocolo para saber exatamente o que fazer e não deixar esse servidor mais doente.

Estamos fazendo também o mapeamento do desconforto em dor com a ferramenta Cote, que é uma ferramenta de ergonomia. Estamos fazendo isso porque identificamos que a segunda causa de afastamentos da SAP são doenças ósseas musculares, isso nos deixou pensativos: por que isso acontece? O que está acontecendo? Por que o policial penal está sentindo tanta dor? Onde que isso está acontecendo? Estamos mapeando isso para tentar descobrir onde que está a principal causa, se é por causa da abertura das células, se é a célula muito ruim de abrir, se é um calçado inadequado que ele tem que estar usando por 24 horas. Estamos atrás disso também.

Nós também fazemos as orientações para a abertura da Comunicação Estadual de Acidente em Serviço (CEAS) para servidores efetivos e para Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para os servidores ACTs. Então, nos percebemos que o pessoal não tem muito conhecimento do que é um acidente de trabalho. Muitas pessoas já se acidentaram e nunca fizeram um comunicado. Então, nós buscamos esclarecer isso para os servidores, o que é um acidente e qual a importância disso. Por que eles devem notificar? Porque, se formos olhar os dados estatísticos que nós temos da Secretaria Estadual de Administração, tem pouquíssimos acidentes. Daí nós pensamos: nossa, que lugar bom, não é? Não tem acidentes. Só que quando nós vamos realmente às penitenciárias, aos presídios conversar com os servidores, percebemos que muitos deles já sofreram acidentes e nem sabiam - nem sabem, na verdade - que era um acidente em serviço, um acidente de trabalho e que eles teriam direitos quanto a isso, principalmente ressarcimentos quanto às questões de saúde, o que também é uma coisa importante, porque se a pessoa ficou doente no serviço ela tem direitos.



Aqui (*mostra a imagem*) nós trouxemos um panorama dos servidores por regional. Então aqui a regional da Grande Florianópolis é a nossa maior demanda, onde nós temos 1.820 servidores. A nossa segunda maior demanda é a regional sul, que como já foi dito não tem nenhum profissional, então acabamos assumindo toda essa responsabilidade além da Grande Florianópolis que dá um apoio também para a regional sul porque lá não tem ninguém.

A terceira é a região oeste, que tem muitos servidores, tem quase mil servidores, lá temos uma enfermeira e uma psicóloga que ajudam muito.

E a quarta é a região serrana, que também tem muitas pessoas. E no fim nós, por estarmos aqui na Grande Florianópolis, acabamos absorvendo tudo o que não tem nas outras regionais e que vem para cá. Então, temos bastante essa dificuldade de tentar trabalhar mais com a prevenção, porque a acabamos trabalhando justamente só com o que chega e acabamos não conseguindo fazer tanto a prevenção. [*Transcrição: Fabiano Antonio de Souza / Leitura: Eduardo Delvalhas dos Santos / Leitura Final: Dulce M. da Costa Faria*]

Aqui eu trouxe um panorama que já foi muito falado - e que eu vou reforçar - que é a falta de efetivo. A gente tem um quadro de internos e adolescentes de 25.923 e de 5.928 servidores. Então a gente vê que há uma discrepância bastante significativa e que necessita de mais efetivos, pois como que uma pessoa vai pensar em saúde e segurança se ela não tem o básico onde trabalha? Esse não é o pensamento dela, porque ela tem dores maiores para se preocupar. Então, para a gente conseguir criar minimamente uma cultura de saúde e segurança, eles precisam ter número de efetivos e condições de ambientes de trabalho saudáveis, senão nunca vão conseguir pensar em outra coisa.

E há outras dores, aqui a gente trouxe as principais causas de afastamento da SAP entre 2018 e 2021. Esses dados são da SEA também, eles acabam lançando de dois em dois anos, por isso que a gente não tem dados tão recentes. A primeira causa de afastamento são os transtornos mentais e comportamentais; a segunda causa, como eu já tinha comentado, são as doenças do sistema osteomuscular; e a terceira causa são as doenças infecciosas, que tiveram um aumento maior por conta da Covid, em 2020. Mas, transtornos mentais e comportamentais nunca saíram do primeiro lugar, há muitos anos não saem, isso mostra o foco que a gente tem que dar nas nossas ações.

E finalizando aqui a minha parte, segundo a Gecob, que é a Gerência de Controle de Benefícios em Saúde, da SEA, a gente estima que, por afastamentos, só na SAP, no ano de 2021, foram gastos R\$ 23.606.000,00. Então, pessoal, olha quanto dinheiro vai só por afastamentos, que talvez a gente pudesse evitar – nessa contagem, considerando apenas os afastamentos dos servidores efetivos. A gente sabe que a SAP tem muitos ACTs, mas a perícia médica não contabiliza essas questões, enfim, vai para o INSS e não é contabilizado. Esses dados são somente dos servidores efetivos que se afastam e a cada ano a gente vê que tem aumentado um pouquinho mais. A gente tem que dar uma atenção para isso, talvez se esse dinheiro fosse reinvestido em outras áreas, a gente pudesse evitar esse aumento.

Vou passar a palavra agora para a Michele.

**A SRA. MICHELE TARTAS CANALI** – Bom dia, o meu nome é Michele, eu sou psicóloga efetiva da SAP.

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*



Reforçando o que já foi falado pela Tássia e também na mesa, eu acho que a maior dificuldade é a falta de uma cultura de saúde do servidor. Até foi algo que eu aprendi estando com as meninas que são profissionais da área do trabalho: olhar para a saúde, para o trabalho da enfermagem e da psicologia, focando no trabalho. Quais efeitos têm esse trabalho na vida e na saúde desse servidor? Não é só um atendimento, mas ter foco de olhar para o trabalho e melhorar essas condições de trabalho. Então até as atividades de prevenção e de promoção, como a Tássia já falou, têm dificuldade, talvez por não entenderem a importância de todas as partes, tanto de gestores quanto de servidores. Vejo que construir essa cultura é um dos nossos maiores desafios.

Outro desafio é que, por exemplo, as meninas que são ACTs, foram contratadas, então são processos provisórios, eu sou a única efetiva. A gente tem uma dificuldade de conseguir mais servidores efetivos para atuar na nossa equipe. Eu entendo que mais profissionais efetivos fariam mais diferença, porque você consegue fazer um trabalho contínuo, especializa-se esses profissionais e isso é importante.

Como eu falei, pelo fato de não ter essa cultura de saúde do servidor é difícil a gente fazer eventos, por exemplo, é baixo o efetivo e ainda não tem um apoio, um incentivo. Então como a gente constrói isso? Acho que é algo para se pensar. Ações como essas de estar aqui discutindo a saúde do servidor é muito bom para colocar isso como importante e criar essa cultura de saúde do servidor mesmo.

Outro desafio é ter equipes completas em todas as regionais, e infelizmente, a gente ainda não está com as equipes completas. Então, nós aqui, eu como psicóloga, acabamos atendendo, por exemplo, as demandas da Grande Florianópolis e da regional sul, que tem um número grande de servidores. Isso acaba dificultando um trabalho mais efetivo.

Há necessidade de investimentos também na formação de lideranças e gestores com foco na mediação de conflitos e na prevenção de assédio moral. Muitas vezes os gestores acabam assumindo esse lugar de gestão sem ter um conhecimento, às vezes até ficam perdidos em como lidar com o servidor que está com um problema, que está com uma dificuldade. Então, acho que ter essa formação nas lideranças e nos gestores também é algo importante que a gente entende.

E, principalmente, nós não conseguimos sozinhos cuidar da saúde, precisamos de apoio, precisamos que todos entendam a importância de se responsabilizar pela saúde do servidor. Não dá somente para o profissional da psicologia, a nossa equipe, fazer, nós não fazemos sozinhos. Precisamos que todo mundo pegue junto para entender essa responsabilidade como sendo de todos, e não é somente a área que tem que se virar e fazer parte dela, não. A gente precisa que todo mundo entenda a importância e contribua com ações. Inclusive, na SAP, a gente vê que começaram a realizar palestras focadas na saúde e acho que isso é uma forma que foi promovida pelo próprio Secretário, ela tem força e faz diferença.

Um dos problemas é ficar mais focado na intervenção, como a Tássia já falou, porque entendemos que o trabalho com promoção e prevenção é importante, mas para isso precisamos ter efetivo, para o pessoal poder participar também, incentivar essa participação desses servidores.

Eu acho que é isso.



**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado.

Passo a palavra para o diretor da Escola de Ciências Jurídicas da Universidade do Vale do Itajaí, senhor Alceu de Oliveira Pinto Júnior.

**O SR. ALCEU DE OLIVEIRA PINTO JÚNIOR** – Bom dia a todos.

Cumprimentando o Deputado Fabiano, cumprimento todas as autoridades da mesa. Quero fazer um cumprimento especial ao Heiler Natali, brilhante ex-aluno, que se tornou uma referência nacional no tema, foi muito gratificante encontrá-lo aqui; cumprimento também o Miguel Santos e a todos.

*(Passa a ler.)*

“O Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, edição 2021 a 2030, pretende, através da criação de metas muito ambiciosas, promover a segurança e o bem-estar da população, bem como direcionar esforços e recursos de maneira mais eficiente ao controle da violência e da criminalidade.

No Plano Nacional de Segurança Pública, um dos documentos principais que foi utilizado como base foi o Plano Estadual Catarinense, o qual foi gestado em 2018, o Coronel Graff acompanhou. Então há uma replicação de metas, e essas metas são destacadas a partir do estudo de evidências, por meio de indicadores que são padronizados. Uma das 13 metas do Plano Nacional é a de número 7, que é reduzir o número absoluto de suicídios de profissionais de segurança pública em 30% até 2030. Ela compõe outro grupo de metas, juntamente com a meta número 6, que é reduzir o número absoluto de vitimização de profissionais de segurança pública em 30% até 2030, também com uma escala bianual.

Para analisar a meta 7 do Plano Nacional, é imprescindível considerar uma série de fatores, que podem ser individuais, sociais ou institucionais que contribuem para o aumento ou para a não diminuição desses índices de suicídio desse grupo. Inicialmente, é importante ressaltar que os profissionais que trabalham com segurança pública, em especial no caso dessa fala, os policiais penais, enfrentam estresses únicos, relacionados ao exercício da profissão, como muito bem foi comentado antes, eles afetam diretamente a saúde mental desses profissionais.

Em um contexto individual, esses agentes enfrentam diariamente a sobrecarga de demandas específicas de trabalho, muitas vezes em extensos turnos, são expostos a situações traumáticas e exercem suas tarefas num contexto de pressão psicológica que são inerentes a essa instituição. O contexto social em que eles estão inseridos também desempenha um papel crucial na saúde mental. Questões como o estigma associado ao transtorno mental e a cultura organizacional desencoraja a expressão de vulnerabilidades e ela, na verdade, gratula a coragem e o heroísmo. Além da falta de apoio da comunidade, que muitas vezes não enxerga o agente como um ser humano individual, alheio à sua profissão, mas o enxerga como uma célula integrante de um grande corpo pertencente a uma instituição que tem por obrigação proteger e trazer segurança para a população. Isso pode influenciar, e certamente influencia negativamente na saúde mental desses profissionais.

É necessário destacar que as próprias políticas e práticas das instituições de segurança pública também exercem forte influência no perecimento da saúde mental dos seus membros. É de conhecimento geral que todas as nossas instituições de segurança pública aplicam a máxima da hierarquia e disciplina como prática de treinamento, o que por vezes propicia o desenvolvimento de



ambiente de trabalho muito difícil. E esse grupo, que carrega esse alto índice de suicídio é, nesse sentido, psicologicamente vulnerável, sim. Negar essa realidade em troca de uma postura institucional, de uma cultura de invulnerável é, como foi dito, um dos fatores dos altos índices de suicídio.

Outra realidade é a existência do fenômeno da objetivação dos agentes de segurança pública, executado tanto pelas instituições, como pela população em geral. Calcado na ideia do heroísmo e no combate massivo ao inimigo comum, é que se cria um cenário de banalização da possível perda do efetivo, que é o caso da morte de um agente para que os resultados contra a criminalidade sejam maximizados. Aliado a isso, a falta de recursos para programas de prevenção, intervenção e uma cultura que prioriza a resistência emocional em detrimento do bem-estar, podem contribuir para o aumento do risco de suicídio dos agentes.

Em suma, os desafios enfrentados pelos profissionais de segurança pública, em especial pelos policiais penais, em relação à saúde mental são multifacetados. Envolvem tanto pressões individuais, como influências sociais e institucionais. A sobrecarga de trabalho, a exposição a traumas, a falta de apoio da comunidade são apenas algumas das questões que contribuem para o cenário complexo. Além disso, a cultura organizacional, as políticas das instituições muitas vezes exacerbam esses problemas ao invés de mitigá-los. É urgente, portanto, a implementação de medidas que considerem não apenas o bem-estar individual dos agentes, mas que também abordem questões estruturais e sociais, visando promover uma verdadeira cultura de cuidado e prevenção dentro das forças de Segurança Pública.

Nós temos muitos desafios, a meta 7 do Plano Nacional de Segurança Pública está apoiada em dois objetivos previstos em lei. O primeiro é estimular a criação de mecanismos de proteção para agentes públicos que compõem o Sistema Nacional de Segurança Pública e de seus familiares. E o segundo é estimular e incentivar a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores que compõem o Sistema Nacional de Segurança Pública.

Além disso, o Plano Nacional esclarece que atualmente, abre aspas, 'não existem rotinas de coleta e análise dos números de vitimização e suicídio de profissionais da segurança pública', fecha aspas. E pretendendo suprir essa falta elencou dois indicadores para essa meta 7. Um indicador é de acompanhamento, que é um indicador mensal, que pretende acompanhar o comportamento dos suicídios dos profissionais da segurança pública no contexto nacional, estadual, distrital e municipal. O segundo é o indicador de resultados, esse então anual, que pretende verificar a variação da taxa de suicídios dos profissionais de segurança pública.

Como se vê, apesar da meta buscar a criação de mecanismos de proteção aos agentes públicos e seus familiares, ela centraliza o seu levantamento de indicadores apenas no indivíduo e após a ocorrência do suicídio, e ignora os possíveis indicativos estruturais, sociais e institucionais que possam prevenir essa fatalidade. Desta forma, embora a referida meta represente um passo importante na direção certa, sua viabilidade enfrenta obstáculos substanciais.

A implementação eficaz de programas de prevenção do suicídio requer recursos adequados e eficazes, cooperação interinstitucional e uma abordagem



holística, que atue não apenas nos sintomas individuais dos agentes de segurança pública, mas também nos fatores estruturais que contribuem para a ocorrência das mortes.

Indo para uma conclusão, está clara a necessidade de uma abordagem multifacetada para lidar com o problema do suicídio entre os profissionais de segurança pública. A promoção da saúde mental, a redução do estigma associado à busca de ajuda e a reforma das práticas institucionais são elementos essenciais para alcançar o objetivo de reduzir os índices de suicídio. O sucesso dessa meta exigirá um compromisso contínuo com a implementação de políticas e programas baseados em evidências, a partir da coleta de dados direcionados para esse fim, e uma ampla abordagem centrada nas necessidades dos profissionais de segurança pública, em especial os policiais penais, sempre considerando os aspectos individuais, sociais e institucionais que permeiam esse indivíduo.”

Obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado.

Passo a palavra para o presidente Nacional da Associação dos Policiais Penais do Brasil (Ageppen-Brasil), senhor Ferdinando Gregório Querino da Silva, que está participando de forma *on-line*.

**O SR. FERDINANDO GREGÓRIO QUERINO DA SILVA** – Serei breve, também estou aqui participando de um seminário.

Quero cumprimentar o Deputado Fabiano da Luz e, através dele, estendo os cumprimentos a todos os presentes nesta audiência pública de iniciativa da Assembleia Legislativa, por meio da Comissão de Segurança Pública, presidida e representada pelo senhor, Deputado Fabiano, que é alguém que sempre atuou brilhantemente em defesa do servidor público, em defesa do serviço público, e agora, em especial, dos operadores de segurança pública.

Esta audiência é um marco inicial para que a gente possa tratar de algo tão importante. A gente ouve muito falar do Estado mais seguro do país, mas não se fala da sobrecarga que estamos tendo os operadores de segurança pública. E não é só a polícia penal, a qual eu represento, mas também agentes de segurança socioeducativos, policiais civis, policiais militares, policial científico e bombeiros militares. É extremamente importante este debate.

Nós temos que criar algum mecanismo que possa fazer o devido acolhimento a esses servidores, a esses operadores da segurança. Eu quero fazer uma solicitação ao Deputado, ao seu gabinete, que possa apresentar um projeto de lei que institua um programa de proteção integral à saúde mental dos operadores da segurança pública do nosso Estado – nós já tivemos uma conversa prévia com a sua assessoria, através do Marcel. Eu acho que o Deputado é a pessoa ideal, pelo seu histórico, para que atenda da melhor forma possível a Polícia Penal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, bombeiros militares, agentes de segurança socioeducativo e Polícia Científica.

Aproveitando a oportunidade, eu quero estender os meus cumprimentos ao presidente Alexandre, que acredito que esteja presente e que representa os policiais penais e agentes de segurança socioeducativos. Ele vem fazendo um trabalho excepcional em prol da categoria e acredito que a partir de hoje fará um trabalho conjunto com o Deputado, visando sempre o bem-estar social, o bem-estar dos operadores da segurança pública, que com toda a certeza afetará a sociedade, afetará não só os operadores, mas as suas famílias também. Esse



movimento feito pela Assembleia Legislativa mostra a grandeza do Estado de Santa Catarina, a grandeza do Parlamento e a grandeza do Deputado que aceitou o desafio de cuidar dos policiais e de todos aqueles envolvidos na segurança pública. Um policial saudável trará melhores resultados à nossa população catarinense. [*Transcrição: Clovis Pires da Silva / Leitura: Janis Joplin Zerwes Leite*]

Obrigado, Deputado, a Ageppen-Brasil está à disposição, não só do senhor, mas de todos os catarinenses.

Um grande abraço.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Ferdinando Gregório.

Ainda temos três falas da plateia antes de ouvirmos os integrantes da mesa.

Passo a palavra para o policial penal e diretor de Comunicação do Sintespe, senhor Wolney Chucre.

**O SR. WOLNEY CHUCRE** – Bom dia a todos.

Quero saudar e agradecer primeiramente ao Deputado Fabiano da Luz por esta oportunidade. O Sintespe requisitou esta audiência pública, em função do relatório que o doutor Roberto Ruiz produziu após uma série de visitas às penitenciárias.

A discussão não é só sobre os policiais penais, embora os que me antecederam já tenham deixado clara a situação penosa em que vivem os policiais penais, mas não somente os policiais penais têm essa condição. Eu lembro que foi através de uma denúncia que o Sintespe fez sobre as condições de trabalho do antigo IGP, onde os agentes, atualmente policiais, sofriam por conta das condições de trabalho. Só para vocês terem um ideia, eles trabalhavam com agulhas, luvas e coletes vencidos.

Eu visitei uma unidade do IGP, onde logo na entrada nós vimos munições sendo guardadas de forma que qualquer pessoa que entrasse ali poderia ter acesso e isso gera uma pressão psicológica para quem está trabalhando ali. Inclusive o IGP daqui foi assaltado, foram retiradas armas de dentro dele. Então imagine a cabeça de quem está trabalhando no IGP e como é essa pressão.

A importância desta audiência faz com que o Estado olhe para cá. E todos os que me antecederam, praticamente todos, falaram sobre algo que fica evidente: a falta de trabalhadores, o déficit de trabalhadores exige que a gente pense imediatamente, não só chamando os que já estão concursados, mas com a realização de novos concursos públicos. No sistema penitenciário os ACTs logo terão que sair, até por decisão judicial. Então eles têm que sair, mas como vai fazer? Se os ACTs saíssem hoje, as cadeias simplesmente não conseguiriam funcionar.

Tudo isso tem que ser visto, nós precisamos olhar para o lado operacional e entender que quem está trabalhando ali é um ser humano, é uma pessoa que precisa de atenção. Parabéns novamente a iniciativa da Secretaria por construir o PAS e entender que, como falou o doutor Roberto Ruiz, isso precisa evoluir. Muitos que estão adoecidos não sabem que estão adoecidos e se não sabem, não procuram ajuda. Precisamos de um mecanismo para achar esses companheiros adoecidos e que eles possam ser atendidos a partir daí.

Quero muito agradecer esta oportunidade de estar falando e de ter a presença do Secretário de Estado de Administração, que é um dos responsáveis por esta gestão de pessoal de entender que precisamos, imediatamente, ter



mais pessoas qualificadas trabalhando. E entender que os ACTs terão que sair, e que também não podem simplesmente serem jogados de uma hora para outra na rua, porque também são trabalhadores. Tem trabalhadores que estão lá há oito anos, sendo que todas as ameaças que um policial efetivo recebe, ele também receberá. Não podemos largá-los na rua e não fazer nada por eles.

Todos esses aspectos precisam ser pensados e é por isso que é necessário que haja sempre uma mesa de negociação, onde os sindicatos e os trabalhadores possam ser ouvidos, adotarmos as resoluções a partir dessa negociação permanente para que possamos não só ratificar a condição de um Estado mais seguro, mas ao mesmo tempo fazer diminuir essa pressão dos trabalhadores da área da segurança pública e garantir uma qualidade de trabalho ainda melhor, para que os trabalhadores não adoecem tanto.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz) –** Obrigado, Wolney.

Passo a palavra para o coordenador do Gabinete do Desenvolvimento Humano, senhor Adriano João, neste ato representando o Comandante da Guarda Municipal de Florianópolis, senhor Andrey de Souza Vieira.

**O SR. ADRIANO JOÃO –** Bom dia a todos e a todas. Cumprimento a mesa e agradeço pelo espaço.

Meu nome é Adriano, coordeno o Gabinete do Desenvolvimento Humano da Guarda Municipal de Florianópolis. Estou me formando em Psicologia, comecei no ano de 2019 pensando a saúde mental dentro da Guarda Municipal.

Em 2021 fundamos o Gabinete do Desenvolvimento Humano, no qual realizamos várias práticas e atividades de promoção, de prevenção e até de intervenção. Hoje nós temos um espaço no qual atendemos 182 guardas municipais, sendo 40 mulheres e o restante todos masculinos.

Sabemos das dificuldades em sensibilizar os colegas para buscarem assistência, principalmente num universo masculino, onde há essa construção social de que homem não chora. Desde 2021 nós estamos trabalhando dentro da Guarda Municipal para sensibilizar os colegas, trabalhando na promoção, muita promoção, e na prevenção, mas também nas intervenções. Hoje, além da minha parte, que já tenho o olhar dentro da Psicologia, temos uma psicóloga e uma psicanalista que ajudam com outras abordagens. Também contamos com massoterapeutas e com trabalho de Reiki, e alguns colegas sempre perguntam se o Reiki funciona. Não sei se funciona, mas eu estou me sentindo tão bem, então é porque funciona, não é? Então a gente vê que essas práticas alternativas também auxiliam. Hoje nós estamos também com um médico dentro da Guarda Municipal, o que nos favorece e facilita o atendimento médico em alguma necessidade dos agentes da segurança pública.

Nós temos várias atividades e eu acabei não me preparando, me organizando como os demais colegas, porque recebi o convite só para vir aqui, mas eu estou me esforçando para fazer a fala, porque realmente é uma manhã muito importante para estar tratando sobre temas tão importantes. Então eu não gostaria de deixar passar essa oportunidade de dizer para todos vocês que o tema é relevante e é possível, sim, fazer um trabalho dentro das instituições, nós temos bastantes dificuldades, mas é possível. Hoje, a Guarda Municipal tem todos esses trabalhos.

Nós fazemos avaliação psicológica de três em três anos para o porte de arma. Eu estou aqui com o meu amigo Maycon, que é o coordenador do SAT,



nós temos essa parceria lá dentro da Guarda Municipal, tanto na parte psicológica, da qual eu cuido, quanto na questão do armamento e tiro, por intermédio do Maycon, e dentro da academia também, o Maycon é um dos coordenadores. Eu recebi o convite para ser instrutor da academia e também para estar falando sobre saúde do trabalhador, sobre ideação suicida, os pensamentos automáticos que aparecem na mente humana, que nós vamos ressignificando, sensibilizando os colegas e, de certa forma, tentando trazer uma naturalidade sobre falar do suicídio. Teve uma colega, que falou antes, que tem que ser falado sobre suicídio, tem sim. É um tabu ainda dentro da sociedade, mas tem que ser debatido, ser conversado, ser discutido e normalizando este tema que é bem importante também.

Finalizo a minha fala. Agradeço o Deputado Fabiano pela oportunidade e agradeço também o Coronel Araújo Gomes, nosso Secretário, e ao Andrey nosso Comandante, por nos oportunizar esta fala nesta manhã.

Muito obrigado e bom evento a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado, Adriano.

Passo a palavra para o presidente da Associação dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado de Santa Catarina, senhor Alexandre Barba.

**O SR. ALEXANDRE BARBA** – Muito bom-dia a todos. Cumprimento a mesa e todos os demais presentes.

Quero complementar alguns números que vocês trouxeram aqui, doutora Bárbara, foram cinco suicídios de 2018 para cá. Eu fiz esse levantamento junto à Secretaria e estou só trazendo os números.

O Sindicato dos Policiais Penais do Paraná fez um levantamento em 2016, e dos que responderam ao questionário, 48% dos servidores afirmaram que faziam uso de medicamentos, e desses 48%, 82% faziam uso de medicamentos para doenças de origem psicossocial. Então nós temos um número de 45% de servidores fazendo uso de medicamentos para tratar transtornos psicológicos.

Eu quero dizer que é louvável o trabalho que o PAS faz em Santa Catarina, porém eu afirmo que, pela quantidade de servidores dentro do PAS, é impossível, humanamente impossível fazer um trabalho efetivo e que traga prevenção na saúde dos servidores. Nós temos 17 servidores hoje no PAS, temos 5.900 servidores dentro da Secretaria de Administração Prisional, como foi apresentado aqui. São 53 unidades prisionais e 22 unidades de segurança socioeducativas. Então é humanamente impossível fazer a prevenção com 17 servidores num Estado tão grande como este.

Um assunto que ainda não foi tocado aqui, que contribui muito para esses problemas psicológicos que os servidores da segurança pública vêm enfrentando, deve ser tratado com muita seriedade em legislação, e tem que ser punido quem comete o infeliz assédio moral e também o assédio sexual, o assédio moral principalmente. Abri o Google hoje pela manhã e estava lá escrito que no dia 2 de maio é comemorado o dia de combate ao assédio moral. Como se comemora uma data dessas? O assédio moral, entre outras coisas, traz transtornos psicológicos para o servidor. O servidor que é assediado, perseguido por  $n$  fatores, independente do que venha a acontecer para ele ser perseguido, por ele torcer pelo time  $a$  ou time  $b$ , ou por ter afinidade com o partido político  $a$  ou  $b$ , ou porque o servidor está com uma espinha no nariz e o seu chefe não



gostou, traz prejuízos para toda a máquina pública. Traz prejuízos para o servidor que é afastado, traz prejuízos para a administração pública que não consegue substituir este servidor, e traz prejuízos para a sociedade, que espera qualidade do serviço público. Nós devemos combater o assédio moral e precisamos ter uma legislação mais penosa. O assédio moral precisa ser combatido desde o começo até o final da carreira do servidor, não podemos aceitar que em 2024 ainda estejamos falando deste problema.

Eu quero que o pessoal do PAS entenda e saiba que eu gosto muito do trabalho que vocês têm feito, porém, eu vejo as necessidades que os servidores trazem para mim, como representante de classe. Nós estamos tentando buscar uma parceria para ajudar vocês e os nossos associados.

Tudo isso, todos os assunto que foram tratados aqui se somam para a saúde mental do servidor, seja salarial, seja previdencial ou também estrutural como mostrou o representante do Ministério Público do Trabalho. Todas essas coisas têm que ser vistas com carinho, porque nós que estamos à frente, operando dentro do sistema prisional, e os outros atores da segurança pública têm que ser tratados com carinho, porque nós temos 25 anos, 30 anos para ficar dentro do sistema público e prestar para a sociedade um serviço que seja de qualidade.

Agradeço o espaço e termino minha fala aqui. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Alexandre.

Passo a palavra para o Coordenador do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo, Juiz Rafael de Araújo Rios Schmitt.

**O SR. JUIZ RAFAEL DE ARAÚJO RIOS SCHMITT**– Bom dia a todos.

Quero inicialmente cumprimentar todos, inclusive os membros da mesa na pessoa do excelentíssimo senhor Deputado Fabiano da Luz, e parabenizá-lo pela iniciativa, Deputado, o tema é muito sensível. Agradeço o convite e desejo muito sucesso ao senhor, porque o sucesso do senhor e da Assembleia Legislativa é o sucesso do povo catarinense.

Meu nome é Rafael, eu sou Juiz Coordenador do Grupo do Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo – GMF, um colegiado cuja presidente é a Desembargadora Cinthia Beatriz Bittencourt Schaefer, que não se faz presente hoje justamente porque está em férias fora do Estado, senão ela teria vindo. O GMF dentro do Poder Judiciário é o órgão administrativo mais vinculado e mais sensível nas questões de administração penal, execução penal e sistema socioeducativo. Só fiz essa apresentação para entenderem o meu local de fala aqui. [*Transcrição: Vera Regina Zacca / Leitura: Clovis Pires da Silva*]

Eu preciso dizer que após ouvir uma série de falas, inclusive falas muito apropriadas, com dados substanciosos, feitas por inúmeros pesquisadores que aqui falaram, a primeira reflexão que eu faço é que a saúde do servidor reflete a própria saúde do nosso sistema prisional, ou seja, se o nosso servidor está doente – falo enquanto policial penal – é sinal que nosso sistema prisional também está adoecendo, se não está doente. Um sistema prisional que encontre, às vezes, características de má estrutura física ou eventualmente superlotação, isso reflete diretamente no cotidiano e na saúde do policial penal.

Eu vejo aqui que qualquer debate em torno da execução penal, na verdade tem que ser uma pergunta. O que se quer para um sistema prisional



daqui a vinte anos, trinta anos? E eu coloco que na minha visão, enquanto GMF, nós queremos um sistema bem estruturado, disciplinado e humanizado. O sistema só vai ser efetivamente humanizado se for valorizado o policial penal e essa valorização, no nosso sentir, acontece pelo menos em três níveis. O primeiro deles é o respeito à estrutura da carreira, séria, com cargos sólidos, bem distribuídos e bem remunerados. O segundo momento é uma estrutura física das próprias unidades prisionais, ou seja, se você não garante... até lembro das fotos aqui mostradas pelo doutor Heiler, se imaginarmos que assim que o policial penal tem que trabalhar nesse cotidiano insalubre, digamos, do dia a dia, além de refletir o sistema prisional, a cadeia como um todo, a unidade prisional precisa de uma melhoria física, reflete também uma péssima condição de saúde, uma péssima condição física de trabalho. Por fim, a capacitação, com certeza, todo dia chegam assuntos novos, assuntos vinculados. Hoje, por exemplo, está em voga a política antimanicomial, um assunto tão delicado que eu acredito que merece uma capacitação específica para isso.

Enfim, a minha questão de fala era mais trazer essa reflexão, até pelo horário, não quero me estender. Acredito que valorizar o policial penal é trazer essa humanização para dentro do sistema prisional e deixar o meu registro de parabéns também à polícia penal, mas também a todos que compõem o Sistema de Segurança Pública, que são justamente os senhores, com o suor de cada dia, que fazem a nossa sociedade mais tranquila.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado, doutor Rafael.

Passo a palavra para o presidente do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (Iprev), senhor Mauro Luiz de Oliveira.

**O SR. MAURO LUIZ DE OLIVEIRA** – Excelentíssimo Deputado Fabiano da Luz, Secretário de Administração do Estado, Vânio Boing, citando essas autoridades, eu cumprimento todos os componentes da mesa, senhoras e senhores, as minhas considerações à força de segurança do Estado de Santa Catarina.

Vamos fazer aqui uma breve apresentação, até pelo adiantado da hora, da situação com relação às aposentadorias por incapacitação permanente, que se chamava de invalidez.

*(Utiliza imagens projetadas para ilustrar a sua manifestação.)*

Só para registrar nós temos a aposentadoria por incapacidade permanente da segurança pública, mas nós citamos aqui o total de inativos do Poder Executivo para se ter um balizador do percentual. Nós temos 45.552 servidores públicos, exceto da segurança pública, dos quais 3.314 desse total são inativos por incapacidade permanente, que representa 7,3%.

Com relação aos inativos dos órgãos de segurança pública de um total de 14.610 inativos, nós temos 1.361 que estão na inatividade por incapacidade permanente, isso representa 9,3%.

Aqui *(aponta para imagem)* está demonstrado por órgão da Polícia Militar, Polícia Civil, a SAP, o Corpo de Bombeiros e a Polícia Científica. Percebe-se que da Polícia Militar, de um total de 10.391 inativos, nós temos 1.073 que foram inativados por incapacidade permanente, isso representa 10,32%. Na Polícia Civil, de 2.016 aposentados inativos, nós temos 143 que foram aposentados por incapacidade permanente, representa 7%. Na Secretaria de Administração Penal nós temos 535 aposentados, dos quais 77 são por incapacidade



permanente, isso representa 14,33%, percentual já bem acima. O Corpo de Bombeiros Militar de 1.521 aposentados, nós temos 56 aposentados por incapacidade permanente, representa 3,68%. Na Polícia Científica, antigo IGP, nós temos 147 aposentados, dos quais 12 são por incapacidade permanente, isso representa 8%.

Aqui um dado que é a idade média entre os aposentados por incapacidade permanente dos órgãos de segurança pública no momento da concessão da aposentadoria. Nós temos aqui que de cada 13 servidores inativos do Poder Executivo, 1 está aposentado por incapacidade. Entre os inativos da Secretaria de Administração Prisional, esta proporção é de 1 para cada 7. A cada 10 policiais militares, se apresenta 1 por incapacidade permanente. A cada 12 servidores da Polícia Científica, 1 se apresenta por incapacidade permanente. A Polícia civil, 1 a cada 14 se aposenta por incapacidade permanente. O Corpo de Bombeiros Militares, 1 para cada 27 se aposenta por incapacidade permanente.

Nós fizemos também um levantamento das principais causas de óbitos. Então nós temos aqui que na Polícia Civil as principais causas de óbitos de ativos e inativos – citamos o ativo porque ele proporciona a pensão – nós temos um percentual maior, de 23% por pneumonia aguda; um percentual de 19% de infarto agudo de miocárdio; e assim sucessivamente, outras causas, o Covid vem em terceiro, acidente vascular cerebral e outros itens menores. Na Polícia Militar nós temos também como causa em primeiro a pneumonia aguda, com 22%; infarto agudo, com 14%; a Covid com 13%; e cardiopatia isquêmica crônica, com 12%. Na Polícia Prisional e Socioeducativa nós temos também um percentual de 16% por neoplasia pulmonar; 13% por arma de fogo; também o Covid com 13%; insuficiência cardíaca, também 10%. Corpo de Bombeiros também a situação pulmonar é a primeira, com 13,3%; neoplasia do cólon com 13% também; morte sem assistência médica 13%; e outros fatores, como pode ser visualizado.

Eu acredito que esses são os dados principais. Nós queremos, em nome do Iprev, parabenizar o Deputado Fabiano da Luz pela iniciativa e agradecer o convite de fazermos parte deste momento tão importante para a segurança do Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Muito obrigado, doutor Mauro.

Passo a palavra para o Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, senhor Ulisses Gabriel.

**O SR. DELEGADO-GERAL ULISSES GABRIEL** – Senhoras e senhores, boa tarde. Agradecendo o convite do Deputado Fabiano da Luz, quero fazer referência ao nosso Secretário de Estado de Administração, Vânio Boing, também uma referência ao nosso Secretário em exercício da Segurança Pública, Coronel Flávio Rogério Graff, e também ao Mauro, presidente do Iprev, estendendo os meus cumprimentos ao Coronel Cleber, da Polícia Militar de Santa Catarina, a Tenente-Coronel Ivanka, do Corpo de Bombeiros Militar, e também ao André de Farias, que aqui é representante da Polícia Científica de Santa Catarina. Faço uma referência especial ao doutor Rafael, que representa a Desembargadora Cinthia, que tem feito um trabalho excepcional no GMF, no que diz respeito à coordenação e interlocução entre o sistema prisional, a Polícia Penal e também a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa



Catarina. Cumprimento os demais membros das entidades de classe que aqui se fazem presentes.

O Governador Jorginho, em 2023, quando assume a condição de chefe do nosso Estado, ele pede para que nós façamos um planejamento estratégico no que diz respeito à Polícia Civil para a construção dessa nossa instituição ao longo dos anos. Nós criamos um planejamento estratégico para os próximos doze anos e um dos tópicos, dentre os quatro que sustentam o planejamento estratégico, está a situação envolvendo a qualificação, valorização, motivação, inspiração e também o aumento do efetivo da Polícia Civil de Santa Catarina. Esse é um tópico essencial porque é uma das bases de sustentação da nossa instituição para os próximos anos.

Diante dessa circunstância, no que diz respeito à questão de aumento do efetivo, o Governador Jorginho, no ano passado, autorizou um concurso para Delegados e para psicólogos policiais, uma das carreiras da nossa instituição e, este ano, tramita um processo para a autorização de um concurso para agentes e escrivães de Polícia. O concurso que está em tramitação, que trata do aumento do efetivo dos Delegados de Polícia, que é um problema lá da região do Deputado Fabiano, inclusive, que é a região de Maravilha, onde é a sede da Delegacia Regional, nós temos sete Delegacias de Polícia, mas apenas quatro Delegados para atuarem em toda a região. Então, muitas vezes, Deputado, quando temos uma estrutura de um Delegado pegar férias, há mais Delegacias para acumular do que Delegados. É um problema crônico decorrente do fato de que o último concurso para Delegados de Polícia foi em 2014 e o último concurso para psicólogos policiais foi em 2010, há um problema também de efetivo no que diz respeito aos psicólogos policiais, hoje, em número de 69 no Estado de Santa Catarina, fazendo um trabalho de psicologia policial, ou seja, atuando na investigação criminal e fazendo uma atuação dentro da nossa Gerência de Pessoas, a GEPS, em especial em duas estruturas que nós temos dentro da gestão de pessoas. A primeira delas, que é a Coordenadoria de Saúde Ocupacional e o Setor de Valorização Profissional, dois setores que nós estamos investindo dentro da Polícia Civil de Santa Catarina para que nós possamos melhorar o ambiente de trabalho e, como eu disse, valorizar, inspirar e qualificar o efetivo da Polícia Civil de Santa Catarina.

Nós temos dois grandes projetos dentro da Coordenadoria de Saúde Ocupacional, que é a pesquisa de clima organizacional, onde nós fazemos uma pesquisa constante de clima para verificar o ambiente de trabalho dos policiais civis e temos então grupos de psicólogos policiais que atuam em todo o Estado de Santa Catarina e coordenam esses grupos de análise de clima organizacional.

Nós também construímos um projeto do perfil epidemiológico da Polícia Civil de Santa Catarina, onde nós fazemos estudos constantes e utilizamos *softwares* para verificar qual é o perfil epidemiológico dentro da Polícia Civil e verificar porque as pessoas ficam doentes, em que circunstâncias elas ficam doentes, em que faixa etária elas ficam doentes e se homens ou mulheres ficam mais doentes dentro da nossa instituição policial civil. E já constatamos através desses estudos que, por exemplo, o sul do Estado é a região que mais tem problemas de caráter psicológico ou com afastamentos psicológicos e nós identificamos que pessoas mais jovens, dentro da Polícia Civil, sofrem de ansiedade e pessoas mais velhas sofrem de depressão. [*Transcrição e Leitura: Grazielle da Silva*]



O Governador Jorginho tem pedido que nós, por meio desses estudos, possamos melhorar cada vez mais o ambiente de trabalho, está no plano de governo do Governador Jorginho esse ideal de melhoria do ambiente de saúde dos policiais e ele tem cobrado constantemente também que as unidades policiais possam sofrer intervenções de caráter estrutural para poder melhorar o ambiente de trabalho, nós tínhamos mais de setenta delegacias de polícia com problemas em Santa Catarina, seja com infiltração em telhado, seja com problema de esgotamento, e nós estamos fazendo intervenções em cada uma dessas unidades, para poder melhorar o ambiente de trabalho, com reformas, recuperações e revitalizações das unidades policiais, para que aquele policial que atende o cidadão tenha um ambiente de trabalho digno e possa, ao ofertar um ambiente de trabalho para o cidadão, ter uma dignidade de entrega para o cidadão, porque muitas vezes ele se coloca na situação em que a sua mãe, a sua avó, a sua filha, pode estar em uma daquelas delegacias e ser atendida naquela condição de um banheiro, por exemplo, insalubre.

Então, essa é uma preocupação grande do Governador, decorrente de um planejamento estratégico que estamos ponderando e construindo ao longo desses próximos doze anos, pautado na valorização, na qualificação e na inspiração do nosso efetivo, aliada a uma situação de constante interlocução com os demais órgãos da segurança pública, porque nós observamos que há uma integração muito forte dos trabalhos. Há uma relação próxima da Defesa Civil com o Corpo de Bombeiros, há uma relação próxima no trabalho policial, a Polícia Militar com a Polícia Científica, e a construção de um ambiente adequado para as pessoas que são da Polícia Científica ou da Polícia Militar que estão nas delegacias de polícia cada vez mais necessária, com ambientes de triagem ou ambiente de registro de ocorrência. Nós estamos buscando cada vez mais a melhoria das estruturas para construir uma Polícia Civil cada vez mais qualificada, aliada a uma Segurança Pública cada vez mais qualificada em Santa Catarina.

Muito obrigado, Deputados, estamos sempre à disposição na Polícia Civil de Santa Catarina. Eu sempre digo que a Polícia Civil tem porta e não tem tramela para o atendimento de todos. Digo que sem educação nós não temos futuro, mas sem segurança pública não há presente, porque se nós temos uma sociedade que não é segura, as pessoas não conseguem ir a um colégio, não conseguem ir a um supermercado, não conseguem sair de casa pela ausência de segurança. Então, há uma importante, uma necessária busca de investimentos na educação e na área da segurança pública.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Delegado doutor Ulisses, pela sua participação aqui.

Passo a palavra para o Secretário Adjunto de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, senhor Flávio Rogério Pereira Graff.

**O SR. SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO FLÁVIO ROGÉRIO PEREIRA GRAFF (SC)** – Obrigado, Deputado.

Saúdo-o pela presidência deste trabalho; também o doutor Rafael, nosso Juiz de Direito; o Secretário Vânio, Secretário de Estado da Administração; o Delegado Ulisses, nosso Delegado-Geral; o presidente Mauro, do Iprev; o professor Alceu, nosso ex-Secretário da Segurança Pública de Santa Catarina e, assim, saúdo todas as autoridades já aqui nominadas. Também saúdo os profissionais da segurança pública e todas as senhoras e todos os senhores.



Serei breve na minha fala, apenas dando uma continuidade na manifestação do Delegado Ulisses, de fato, sem segurança pública no presente, nós encontramos inúmeros óbices para termos a nossa vida, o nosso cotidiano de modo normal. Prova está o Rio Grande do Sul, aquilo que está acontecendo agora, não bastasse as catástrofes climáticas, toda essa questão de saques, de trocas de tiros, enfim, nessa situação periclitante que eles se encontram.

Muito obrigado por nos oportunizar a discutir este assunto, e o saúdo e cumprimento novamente, Deputado, porque isso vem exatamente ao encontro do que o Governador Jorginho Mello tem sempre como pretensão – e o Secretário Vânio, o presidente Mauro e o doutor Ulisses não me deixam mentir. O Governador sempre diz que nós temos a grande missão de cuidar das pessoas, cuidar dos catarinenses, daqueles que aqui vivem ou que nos visitam. Então, isso vem bem ao propósito dessa intenção.

Sabemos que a nossa Segurança Pública é formada por quatro grandes instituições tradicionais: a Polícia Militar, com cerca de 9 mil integrantes; a Polícia Civil, com aproximadamente 3,1 mil integrantes; o Corpo de Bombeiros Militar, com em torno de 2,6 mil integrantes; e a Polícia Científica, com mais ou menos 780 integrantes. Ou seja, algo em torno de 15,5 mil integrantes, como falei.

A natureza do serviço policial e do serviço dos bombeiros, bombeiril, é de extremo risco. Quando todos estão saindo de um ambiente confinado, um ambiente incendiado, nós estamos entrando. Quando todos estão trocando tiros e procurando um lugar para se abrigar, os policiais, nós, estamos indo ao enfrentamento. Ou seja, o estresse é sempre elevado, é sempre extremo. E por isso, é necessário que, de fato, as nossas corporações estejam permanentemente preocupadas com essa situação.

Na Polícia Militar, nós anotamos alguns dados aqui, e no Corpo de Bombeiros, nós possuímos setores particularizados de saúde e de promoção social e aqui estamos representados pela Major Gisela, presidente da junta médica da corporação, a Capitã Fernanda, que dela também faz parte, a Tenente-Coronel Ivanka, que também é médica, as três são profissionais da saúde também e zelam pelas respectivas corporações militares na sua área. Existe uma forte parceria com médicos, dentistas, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais da área de saúde para esta interação. Na Polícia Civil e na Polícia Científica, como bem disse o doutor Ulisses, nós temos as áreas de atuação de atenção a saúde ocupacional e valorização profissional, e aqui eu referencio o nosso perito Luan e também o André de Farias, que representam nobremente a Polícia Civil e também o Delegado Marcelo que aqui estava. Todas as quatro instituições possuem profissionais que zelam por essa área, algo em torno de 40 profissionais diretamente, exclusivamente para isto. E também temos, na retaguarda, o Hospital da Polícia Militar, o Hospital Comandante Lara Ribas, que possui algo em torno de 120 profissionais, que dão também um suporte a todos esses integrantes das corporações para que nós possamos ter sempre desenvolvido uma higidez física e mental.

Nesse sentido, a Secretaria da Segurança Pública está investindo na Polícia Militar, na Polícia Civil, na Polícia Científica e no Corpo de Bombeiros Militar cerca de R\$ 2,4 milhões em equipamentos para nós termos, de fato, essa higidez física e mental, minimizando esse estresse profissional, a fim de que nós tenhamos esses números cada vez mais combatidos e um resultado eficiente



para a saúde do profissional de Segurança Pública, no que tange evitar esses problemas que todos estamos aqui vivenciando nesse momento.

É um tema sensível, é um tema que não pode ser descuidado e trata daquilo que é mais precioso nas nossas corporações, não é Coronel Cleber? Que é exatamente o homem e a mulher que vão desenvolver esse trabalho, para tornar e garantir que nós continuemos com o Estado mais seguro do nosso país, o Estado de menor confronto entre o profissional da Segurança Pública.

E apenas para finalizar a minha participação, nessa questão de confronto, o relatório do Fórum Nacional de Segurança Pública nos mostra que temos no Estado, Deputado, a Polícia em segundo lugar nesse quesito, 0,6 confrontos a cada 100 mil habitantes, o maior é 16,6, no Estado do Amapá. Nós perdemos apenas para o Distrito Federal que é algo muito particular. E também temos o brilhante trabalho que a Polícia Civil faz, com cerca de 80% de resolubilidade dos crimes, números de países desenvolvidos. Então, isso tudo é graças ao elevado nível dos profissionais que nós possuímos e que tanto investimos, a fim de que eles possam estar correspondendo ao cidadão e isso requer, evidentemente, um olhar todo específico, todo carinhoso para que nós cuidemos da sua saúde física e mental.

Muito obrigado, um bom-dia a todos e que Deus nos proteja.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Coronel Flávio.

Registro a presença da senhora Michela Guimarães, neste ato representando o Deputado Estadual Maurício Eskudlark.

Passo a palavra para o Secretário de Estado da Administração, senhor Vânio Boing.

**O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO VÂNIO BOING (SC)** – Bom dia a todos.

Meus cumprimentos ao Deputado Fabiano da Luz e o cumprimentando, saúdo todos os membros da mesa.

Sinceramente gostaria de estar falando aqui em relação a outros segmentos, construção de escolas talvez. Mas infelizmente é o que nós temos enfrentado pela letargia de políticas públicas voltadas para a prevenção e também para controle, com relação ao excesso de criminalidade que nós estamos tendo, lamentavelmente nós estamos construindo mais presídios do que escolas. Isso é lamentável, enquanto você não passar por um processo de revisão de políticas públicas de médio e longo prazo e também uma própria revisão do Código Penal Brasileiro.

Mas o que nós estamos fazendo? Basicamente o Estado catarinense, como já foi colocado aqui, é uma exceção com relação a esse aspecto e mesmo assim temos esses problemas todos. É um compromisso do Governador Jorginho, desde o ano passado, em função de algumas questões que aconteceram em alguns presídios do Estado, fazer forte investimento nessa área.

Já foi dito aqui, nós temos 54 presídios no Estado, 90% deles encontram-se em um processo de excesso de lotação ou interditados e mesmo assim ainda somos o Estado onde temos a melhor Segurança Pública do país. E o que nós estamos fazendo para que nós possamos conter isso?

Desde o final do ano passado, a Secretaria de Administração, juntamente com a SAP, vem desenvolvendo alguns estudos para nós investirmos na construção de presídios modulares laborais, para que nós possamos suprir a



deficiência de vagas que nós temos hoje, que é de aproximadamente 4 mil, para que nós, no final de 2026, consigamos abrir mais oito presídios modulares laborais, em regiões que fogem do centro das cidades, para que nós possamos atender a demanda que existe.

Um dado que nos surpreendeu e que deve surpreender vocês também é que hoje o saldo de presidiários diário, ou seja, a diferença entre os que entram e os que deixam o presídio é na ordem de três por dia. Então, se nós temos um saldo de três presidiários a mais por dia, são mil presidiários a mais por ano. Então, requer investimentos constantes na construção de novos presídios para poder manter esse contingente elevado que nós temos.

Mas o foco hoje aqui, desta primeira audiência pública com relação ao tema, que trata da saúde dos servidores que atuam diretamente com isso, o que nós estamos fazendo diretamente para que nós possamos conter ou minimizar esse tipo de impacto. Foi colocado ainda há pouco que para nós podermos atender prontamente, seria a recomposição do quadro. E ontem mesmo, no grupo gestor, a equipe da SAP fez uma apresentação e certamente semana que vem o Governador deve bater o martelo para que nós possamos começar a chamar as pessoas para poder recompor o quadro. Esse contingente deve ser na ordem de 1,5 mil pessoas, em três etapas, a partir do segundo semestre. Claro que necessariamente passa por um processo de capacitação que será feito, dado que é uma atividade bastante sensível, mas é um compromisso do governo do Estado com relação a essa recomposição do quadro. E também um investimento na ordem de, mais ou menos, R\$ 600 milhões, na construção de presídios que irão atender mais ou menos 6 mil vagas nos próximos dois anos.

Outro objetivo muito grande do Governador é também retirar o presídio da Capital, isso deve acontecer até o final de 2026. Então, nós iremos conseguir fazer isso com etapas e alguns presídios que estão em centro de cidades, médias cidades do Estado, o objetivo também é retirar, para que nós possamos construir modelos de presídios que visam atender de forma que nós possamos ressocializar o apenado, que é justamente o presídio modular laboral. Então é um investimento forte nessa área para que nós possamos recompor a situação de Segurança Pública do Estado.

Além do que, no início deste ano, a Secretaria de Administração fez uma cisão do departamento que fica vinculado a nossa Pasta, que trata da saúde do servidor e também do plano de saúde. Então, nós separamos o SC Saúde em uma diretoria que cuida apenas do plano de saúde do servidor e uma diretoria específica da saúde do servidor e também da parte de perícias. Nós queremos fortalecer essa área para que o servidor tenha um atendimento mais próximo e mais efetivo.

Então, em linhas bem gerais para não me tornar repetitivo, o Estado, o Governador Jorginho determinou que nós pudéssemos auxiliar as demais Pastas naquilo que é primordial nesse instante na questão da parte prisional: a recomposição do quadro, na ampliação e investimento na construção de presídios novos e poder dar o suporte na parte de atendimento na questão da saúde do servidor.

Mais uma vez nos colocamos à disposição, Deputado Fabiano, essa audiência serve para um pontapé inicial, para que nós possamos, efetivamente, estar mais próximo do servidor que está envolvido diretamente com a Segurança Pública.

Muito Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Obrigado, Secretário Vânio.

Eu levantei algumas questões que foram pontuadas ao longo desta audiência.

Primeiro das situações-problemas que são: a questão do clima de tensão, o número de agentes insuficientes, a questão remuneratória e previdenciária, os suicídios, a expectativa de vida, a saúde mental, o baixo efetivo, os afastamentos, o estresse, a sobrecarga, o percentual dos que usam medicamentos, a questão da necessidade da construção das unidades, a quantidade de novos presos todos os dias, os problemas de ansiedade e depressão que eles têm.

E também do que foi levantado aqui como pauta de encaminhamentos e sugestões que são: o respeito à data base com reposição da inflação, concurso público e a chamada dos concursados, a adequação da legislação na questão previdenciária, a reestruturação das equipes do PAS, e também a criação de uma diretoria de saúde do servidor dentro da Secretaria de Segurança Pública.

E não sei se ficou mais alguma coisa pendente. Nós gravamos toda a audiência, vamos fazer o levantamento de todo esse diagnóstico e vamos encaminhar a todas as autoridades e também disponibilizar para todos os presentes e a todas as entidades.

Não sei se ficou alguma coisa pendente? Está tudo tranquilo?

**O SR. ROBERTO CARLOS RUIZ** – Peço a palavra, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Com a palavra o senhor Roberto Carlos Ruiz.

**O SR. ROBERTO CARLOS RUIZ** – A título de encerramento, gostaríamos que a nossa presidente fizesse a entrega simbólica ao Deputado do nosso relatório, que o Executivo já tem e a Secretaria também.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Fabiano da Luz)** – Claro, pode ser.

*(Procede-se à entrega do relatório ao senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz.)*

Com esta entrega do relatório, nós agradecemos a presença de todos vocês, agradecemos as autoridades e todos que participaram destas duas horas e pouco de audiência pública e esperamos dar passos para realmente melhorar ainda mais os nossos índices e números positivos de Santa Catarina.

Muito obrigado, um grande abraço e nada mais havendo a tratar, damos por encerrada esta audiência pública. *(Palmas.) (Ata sem revisão dos oradores.)*  
[Transcrição: Rafael José de Souza / Leitura: Djonathan Costa / Leitura Final: Grazielle da Silva]

**DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ  
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**